



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 591 - DE 28 DE JULHO A 11 DE AGOSTO DE 2019 - R\$ 4,00

**Aprovada a reforma da Previdência, Bolsonaro aciona o plano de privatizações
Barrar a ofensiva antinacional e antipopular do governo entreguista!
“Future-se”, um plano macabro de destruição do sistema público de educação
Enfrentar a ofensiva privatista nas universidades,
com greves, manifestações e ocupações!**

**Dia 13 de agosto - greve nacional da educação
Convocar as assembleias universitárias!
Formar os comitês de luta em todo o País!
Ganhar as ruas em defesa do
programa proletário para a educação!**

**Abaixo a reforma da Previdência do
governo e do Congresso Nacional!
Retomar a greve geral!**



**Realizado do 57º Congresso da UNE
Balanço da vitória da aliança PCdoB e PT
e crítica às Teses
Construir uma direção revolucionária
para o movimento estudantil!**

Em que pé estamos

A aprovação em primeiro turno da reforma da Previdência é irreversível. Somente um poderoso levante das massas de norte a sul poderá quebrar a decisão do Congresso Nacional. O palavreado esquerdista de que ainda há tempo para derrotar o governo, seguido de um tímido chamado à mobilização, oculta a traição das centrais, das direções reformistas dos movimentos populares, e dos partidos que se colocaram contra a reforma da Previdência sem extrapolar os marcos do Congresso Nacional.

As mobilizações marcadas para agosto, momento em que ocorrerá a votação em segundo turno, estão sendo convocadas para, finalmente, a direção reformista e burocrática lavar as mãos e concluir que a correlação de forças esteve a favor do governo, que os trabalhadores não quiseram lutar, etc. Já haviam colocado limites à luta, conduzindo a greve geral de 14 de junho a um protesto limitado.

A votação na Câmara de Deputados, no dia 10 de julho, ocorreu em um clima de passividade e de total tranquilidade política. Desarmado o movimento, depois das manifestações de junho e da greve geral parcial, os opositores, reformistas, petistas, pcdobistas, psolistas e toda sorte de burocratas sindicais ficaram assistindo à teatral votação, que conferiu uma imensa maioria ao governo antinacional e antipopular. Nesse momento, a UNE realizava seu 57º Congresso em Brasília. Aproveitou a “coincidência” da data para fazer uma manifestação discursiva no Palácio da Alvorada. Assim, se ocultou a traição das direções que sujeitaram a luta das massas à decisão dos deputados. O resultado do Congresso da UNE se manteve emparedado pelo domínio do reformismo.

O governo e seus agentes parlamentares na Câmara dos Deputados, conduzidos por Rodrigo Maia (DEM), que foi apoiado pelo PCdoB para a eleição de presidente da Casa, sentiram-se aliviados, diante do desmonte da luta. Somente não puderam agradecer às centrais e aos seus politiquieiros opositores no parlamento, pela inestimável colaboração. Afinal, os opositores não fizeram senão cumprir o dever de proteger a democracia contra a revolta dos explorados. Bolsonaro e o Congresso nacional saíram fortalecidos diante da maioria oprimida. Essa é a conclusão dos por-

ta-vozes da burguesia.

As contrarreformas que atingem a classe operária e aos demais explorados têm tudo para dar lugar a violentos choques de classe contra classe. A greve geral por tempo determinado abre caminho à por tempo indeterminado. As manifestações de rua são marcadas pela presença do proletariado. Essa via foi desfigurada e dissolvida pela direção traidora. A burocracia reformista conseguiu manter o controle rígido que exerce sobre os sindicatos e os movimentos (camponês, popular e estudantil). Tudo indica que, em agosto, as manifestações não passarão por cima da política dos reformistas.

Um novo momento se abre. Os explorados não foram esmagados em suas tendências de luta. Verão mais claramente o governo Bolsonaro como algoz do povo. O desemprego, subemprego, redução salarial, pobreza e miséria serão associados às contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Os reformistas se apoiaram nessa situação para continuar enganando os explorados. A vanguarda revolucionária terá de aumentar seus esforços em defesa das reivindicações, das bandeiras anti-imperialistas e da estratégia da revolução proletária. Terão de lutar com mais tenacidade em torno à política de independência de classe. E trabalhar mais duramente pela construção do partido operário revolucionário.

O governo e seus agentes parlamentares na Câmara dos Deputados, conduzidos por Rodrigo Maia (DEM), que foi apoiado pelo PCdoB para a eleição de presidente da Casa, sentiram-se aliviados, diante do desmonte da luta. Somente não puderam agradecer às centrais e aos seus politiquieiros opositores no parlamento, pela inestimável colaboração.



**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Década perdida

Segundo cálculos do economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcel Balassiano, o crescimento médio do PIB brasileiro entre 2011 e 2018 foi de 0,6%. Estimando o baixo desempenho em 2019 e 2020, o País terá a pior década dos últimos 120 anos. Para evitar essa catástrofe, teria de crescer 5,7% em 2019 e 2020. O Banco Central (BC), acompanhando o Fundo Monetário Internacional (FMI), avalia que crescerá 0,8%, antes assinalava 2,5% (o FMI, 2,1%). Tudo indica, portanto, que ficará abaixo de 1,1% do crescimento de 2018. Em quatro anos, de 2014 a 2018, o PIB caiu 4,2%.

A economia mundial se acha deprimida. O FMI reduziu a estimativa de 3,3% para 3,2%. A queda de 0,1% no crescimento do PIB mundial é suficiente para reforçar as tendências negativas no Brasil. Pode-se afirmar que o País passa por uma severa crise industrial. Em um comunicado, o BC afirma: “A estimativa da variação do produto da indústria de transformação passou de 1,8% a -0,3%”. O rompimento da barragem de Brumadinho é responsabilizado pelo recuo da indústria extrativa, de 3,2% para 1,5%. Mas, se sabe que, com as dificuldades em geral da economia, todos os ramos da produção são atingidos. É também o caso da construção civil, que pode ter crescimento negativo, -1%, quando se esperava 0,6%. Mesmo a agropecuária não tem resistido às pressões regressivas: o BC avalia que crescerá apenas 1%. Nos cinco primeiros meses deste ano, foram fechadas 2.325 indústrias, somente no estado de São Paulo (queda de 14,4% do PIB do setor). Em compensação, abriram-se 4.491. Analistas, porém, relativizam a aparente vantagem, mostrando que, desse montante, a maioria é de pequenas empresas, enquanto que, entre as fechadas, havia grandes e médias. No geral, o PIB industrial caiu.

A retração no consumo e a ociosidade média de 30% na capacidade instalada permanecem. O alto desemprego e subemprego impossibilitam o crescimento da massa salarial. O excesso de força de trabalho ociosa deprime os ganhos dos trabalhadores. A reforma trabalhista, acompanhada da terceirização, permite aos capitalistas pagarem menos pela força de trabalho.

A burguesia vem impondo contrarreformas, que sacrificam a vida dos explorados e, ao mesmo tempo, reclama ao seu governo medidas de reativamento da economia. As principais contrarreformas estão praticamente concluídas. Temer fez sua parte, Bolsonaro concluiu com a reforma da Previdência. Ações para reativar a economia já são mais difíceis. O peso da dívida pública e da respectiva carga de juros consome uma grande parte do orçamento nacional. Está aí por que o entusiasmo burguês com a reforma da Previdência tem sido substituído pela previsão de que, dentro de pouco tempo, novas alterações terão de ser feitas. A poupança de cerca de novecentos bilhões, em dez anos, tão somente atenua o rombo.

A frustração da expectativa de o Tesouro ser reabastecido com aumento da arrecadação de impostos indica que o déficit primário continuará alto, pressionando para cima a dívida pública e a taxa de juros (Selic). Os capitalistas dizem expressamente que não podem aumentar os investimentos na pro-

dução, enquanto perdurarem as tendências à estagnação. Em outras palavras, enquanto a crise de superprodução manter elevada a taxa de ociosidade, acima indicada, de cerca de 30%. O que resta, no momento, ao governo, é impulsionar as privatizações. Ocorre que essa via tão somente protege os capitalistas, entregando-lhes capitais fixos a valores aviltados. O montante arrecadado, em boa parte, é canalizado para o precipício da dívida pública.

Não estão nos cálculos do governo um amplo plano de obras públicas (infraestrutura), como apresentou o governo do PT com o PAC, diante da recessão que tomava conta do País. Paulo Guedes, ministro da economia, anunciou a liberação de uma parcela do FGTS e PIS-Pasep. Sabe-se que os trabalhadores se valerão desse recurso para pagar parte das dívidas. Não passa, portanto, de um paliativo. Os empresários da construção civil, que utilizam esses fundos a juros que mal cobrem a inflação, reagiram negativamente. Os valores do saque, provavelmente, terão de ser menores do que os anunciados pelo ministro da economia. A meta de reduzir sensivelmente o desemprego, que se mantém na casa de treze milhões – cerca de vinte e nove milhões somam os desempregados, subempregados e “desalentados” –, não é factível, nas condições atuais da crise econômica.

Para a classe operária, o problema reside no desemprego massivo e nos baixos salários, que tendem a se deteriorar ainda mais. O capitalismo em decomposição – que vive sobressaltado pela crise estrutural – avança no sentido da ampliação da barbárie social. Isso no mundo todo. No Brasil semicolonial, tem a particularidade de expressar o domínio imperialista. O governo ditatorial de Bolsonaro corresponde às necessidades do capital financeiro e dos monopólios. Segue a rota do governo golpista de Temer. Podem se acobertar da democracia formal para impor as contrarreformas e o entreguismo.

Os explorados vêm potenciando suas tendências de luta, mas se deparam com o aparato sindical burocratizado e integrado à política burguesa subserviente ao Congresso Nacional. É o que mostram as experiências da luta contra as reformas da Previdência e trabalhista, bem como contra os cortes orçamentários à educação. Rapidamente, as ilusões democráticas no governo, que há pouco foi eleito, se esvaem. As massas já veem a impossibilidade dos empregos retornarem na medida de suas necessidades urgentes. O ódio às contrarreformas se potencia.

O choque da vanguarda revolucionária com a política do reformismo, encarnado pelo PT, PCdoB, Frente Brasil Popular e aliados de esquerda, não tem sido maior devido à profunda crise de direção. As condições objetivas põem à luz do dia a necessidade do programa proletário de resposta à crise econômica, ao desemprego, à pobreza e miséria das massas, e à dominação imperialista sobre o País. É imprescindível lutar no seio das massas com o programa de reivindicações dos explorados, que se opõe abertamente à burguesia e ao seu governo, e que amadurecem as condições da luta de classes para a defesa da estratégia do governo operário e camponês.

Presidente do STF protege filho do presidente da República

Flávio Bolsonaro está bem protegido, diante das investigações sobre peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa. O mandato de deputado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro lhe serviu de cobertura para desenvolver suas atividades quadrilheiras. Mas, se sabe muito antes que o filho do presidente da República tem ligações com milicianos do Rio de Janeiro. Como o processo corre em segredo de justiça, não se tem notícia sobre o vínculo de Flávio com o chamado “Escritório do Crime”.

Os laços do parlamentar com Valdenice de Oliveira, que lhe serviu de assessora na Assembleia Legislativa, deram motivos de suspeita sobre seu envolvimento com as milícias. Isso porque Valdenice é irmã de policiais metidos no submundo do crime. A Operação Quarto Elemento fez um estardalhaço, prendendo policiais milicianos. Indicava que chegaria aos mandantes do assassinado de Marielle Franco e seu motorista, e levantaria o véu da rede política que alimenta a criminalidade. Aí estariam envolvidos Flávio Bolsonaro e altas autoridades do estado do Rio de Janeiro. Não se sabe até onde foram as investigações. Tudo indica que foram abafadas.

O caso de Flávio Bolsonaro, como se vê, não é isolado. Não se limita à prática de corrupção comum às Assembleias Legislativas. É claro que o filho do presidente está sendo protegido como tal. A proteção, no entanto, diz respeito à própria conduta política de Jair Bolsonaro diante das milícias, e de suas relações com a corporação policial, amplamente apodrecidas.

É sintomático que Fabrício Queiroz tenha se negado a prestar depoimento por quatro vezes, e desaparecido do cenário, sem que nada acontecesse. Esse policial, ex-assessor de Flávio Bolsonaro e operador do esquema de corrupção, certamente, tem muito a revelar sobre as milícias. Não se sabe o quanto Adriano Magalhães da Nobrega, homem forte dos milicianos, revelou ou poderia revelar, se não houvesse o manto de proteção que cobre todos. Lembremos que foi despistada a ligação do governador do Rio de Janeiro com policiais de proa, detidos na Operação Quarto Elemento.

Flávio Bolsonaro se negou terminantemente a abrir mão de seu sigilo bancário. Utilizou-se da prerrogativa de senador para pedir a

suspensão das investigações. O que foi atendido provisoriamente pelo ministro do STF, Luiz Fux. De tão escandalosa que foi a tentativa de se livrar das acusações, o processo continuou. Veio a quebra autorizada do sigilo bancário. Agora, Tofolli acata a liminar para impedir o compartilhamento de informações do Coaf entre órgãos do Estado, sob a alegação de que era necessária uma autorização do Supremo.

No início do governo de Bolsonaro, abriu-se uma disputa entre o ministério da Justiça e o da Economia, para ver com quem ficaria o Coaf. Motivo: esse órgão utilizado para investigar a lavagem de dinheiro do tráfico, em especial, ganhou projeção política com a Operação Lava Jato. Descobriu-se que os responsáveis pelo órgão passaram a ter um poder imenso, tendo acesso a contas dos políticos e dos empresários. Não seria difícil rastrear Flávio Bolsonaro a lugares muito comprometedores ao presidente da República.

Nota-se que, no processo contra os petistas, as portas foram completamente abertas. Havia o interesse quase geral da burguesia e do imperialismo em derrubar os petistas do poder. O que se passa agora é o contrário. Procura-se fechar uma porta, quando esta leva a outras. Está à vista a decomposição da política burguesa, em todos os sentidos.

A corrupção é inerente ao funcionamento do capitalismo. Transborda na forma de crise política, quando as frações burguesas que controlam o Estado entram em conflito. A política pequeno-burguesa reclama da impunidade. Ocorre que a punição depende inteiramente daqueles que estão metidos no comando do Estado. Como parte da polêmica entre os próprios porta-vozes da política burguesa, vieram à tona os interesses do ministro Tofolli, acusado de acobertar operações ilícitas por meio do escritório de advocacia de sua mulher.

A luta da classe operária não se guia por esse jogo burguês. Combate por seu próprio programa, e tem claro que somente um tribunal popular, surgido no processo revolucionário, punirá os crimes da burguesia. A denúncia da sujeira dos Bolsonaros, que se passam de moralistas, serve para mostrar aos explorados que será varrida por meio da luta de classes, tendo à frente o partido marxista-leninista-trotskista.

O caso do navio iraniano

Os Estados Unidos disseram ao Brasil: “não abasteça os navios iranianos”. O governo Bolsonaro, incontinentemente, acatou a ordem. Se não se curvasse, a Petrobras sofreria sanções. Unilateralmente, Trump rompeu o acordo nuclear que havia sido assinado por Obama, com a concordância de todas as potências e dos organismos internacionais. Sob o governo do PT, o Brasil, não somente compôs essa rara unidade, como participou ativamente das negociações.

O Irã decidiu abrir mão de sua soberania e direito de desenvolver a energia nuclear para evitar uma guerra com seus inimigos no Oriente Médio – o principal deles é Israel –, liderada pelos Estados Unidos. Bastou a mudança de governo imperialista, para que Trump rompesse a diretriz dos democratas de impor acordos “multilaterais” e rasgasse o tratado com o Irã. Os demais aliados do multilateralismo se opuseram, mas foram olímpicamente desconhecidos.

Trump interpretou o acordo como desfavorável aos Estados Unidos e aos seus países servos do Oriente Médio. Ou o Irã aceitava um novo acordo, ou sofreria duras sanções. Os europeus e japoneses, que se beneficiavam da abertura comercial, teriam de acatar a decisão unilateral dos Estados Unidos, ou também arcaíam com

sanções e recrudescimento da guerra comercial.

Bolsonaro decretou o alinhamento do Brasil com a política de Trump. De forma que acatar a ordem de não abastecer os navios do Irã, que haviam descarregado e carregado sua carga numa transação comercial corriqueira, não era problema algum. Nem era preciso analisar a punição que sofreria o País. Essa disposição ideológica de Bolsonaro, no entanto, não esconde o fato de a Petrobras se achar nas mãos do capital financeiro e das multinacionais.

Acatar uma ordem que prejudica comercial e economicamente o Brasil foi um ato de servilismo e de complô contra as nações oprimidas. Tanto o Irã quanto o Brasil são vítimas da dominação imperialista. Bolsonaro, a todo momento, recorre ao patriotismo de seu governo, porém, basta a aceitação da determinação dos Estados Unidos para revelar que se trata de um governo antinacional por excelência.

Pelo imediato abastecimento dos navios iranianos! Pelo fim de todo bloqueio e sanções ao Irã! Que os explorados e os povos oprimidos do Oriente Médio se preparem para combater a ofensiva militar do imperialismo no Golfo Pérsico, voltado a impor ao Irã, pela força das armas, sua política de dominação.

Cresce o desmatamento da Amazônia

No dia 25 de junho, o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) divulgou os dados do Projeto de Monitoramento de Desmatamento na Amazônia Legal, de agosto de 2017 a junho desse ano, os dados apontaram um acréscimo de 8,5%, em relação a 2017. Cerca de 7.536 km² foram desmatados; a taxa foi relativamente menor que a expectativa do próprio Inpe, que previa 7.900km² desmatados, e ainda está longe de se comparar com os anos recordes de 1994 e 2004, em que pouco mais que 25.000 km² foram desmatados. Desde de 2015, os índices tomaram um rumo ascendente em suas escalas.

Pouco depois da divulgação dos dados, Bolsonaro criticou os dados de mentirosos e a serviço de ONGs internacionais. Diante de pressões internacionais para que o Brasil cumpra acordos mundiais de preservação do meio ambiente, o governo parece apostar na deslegitimação dos órgãos fiscalizadores e no desmantelamento do Ministério do Meio Ambiente.

A situação é de agrado à bancada ruralista e agronegócio brasileiro, basta lembrar que, no início do governo, o Ministério do Meio Ambiente quase chegou a ser fundido ao Ministério da Agricultura. Apesar da fusão não ter ido adiante, o

Ministério do Meio Ambiente não deixou de ser um anexo do Ministério da Agricultura. Vem atuando no seu próprio desmantelamento e desfinanciamento.

O imperialismo francês e alemão se veste do ecologismo burguês para pressionar o Brasil semicolônia a garantir a preservação dos recursos naturais da Amazônia, não deixam eles de ter interesses econômicos na Amazônia, que é uma grande reserva de commodities.

O que está às claras é que o capitalismo não tem outro futuro para a Amazônia, que não seja a sua devastação, o desmatamento tende a ser impulsionado. Por um lado, avança o agronegócio na região; por outro, o imperialismo, seja norte-americano ou europeu, que vestido ou não de bandeiras ecológicas burguesas, se apropriam dos recursos naturais da região.

A única saída está na revolução socialista e na aliança proletária-camponesa, que possa unir em sua política os demais oprimidos e povos tradicionais da Amazônia. A questão de imediato se trata de acabar com a anarquia da produção capitalista e o jogo do imperialismo. Apenas a política proletária pode dar à Amazônia a sua preservação.

Future-se

Projeto entrega a gestão das Universidades e IFEs às Organizações Sociais

No dia 17 de julho, o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, apresentou o projeto Future-se. O objetivo é entregar a gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) às organizações sociais, e estimular toda forma de captação de recursos. O projeto altera 16 legislações vigentes, o que torna sua aprovação possível por maioria simples, em um Congresso Nacional comprometido com as medidas privatistas de Bolsonaro.

O governo diz que cada instituição será livre para decidir se aderirá ao Future-se, porém, já ameaça as instituições com a escassez de recursos. Após aprovação, o governo pode liberar recursos via editais apenas para Organizações Sociais. A minuta do projeto de lei diz que, com a adesão, a Ifes se compromete com as diretrizes de governança, porém, estas somente serão definidas posteriormente pelo MEC. O Comitê-Gestor do projeto também tem sua composição e funcionamento a serem definidos depois. Entre suas atribuições, devem-se definir as diretrizes, regulamentar o processo eleitoral dos reitores, e estabelecer limites de gasto com pessoal.

A Ife que aderir obrigatoriamente deverá firmar contratos de gestão com Organizações Sociais (OS) em atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e cultura. Ganham um enorme poder para intervir por cima das universidades.

Precarização para todos e benefícios para poucos

O Future-se prevê mecanismos para premiar financeiramente docentes por negócios, patentes e publicações de destaque. Quando o secretário de ensino superior diz que “O professor universitário poderá ser muito rico, vai ser a melhor profissão do Brasil”, mostra que o governo pretende aprofundar os mecanismos que levam à formação de uma casta docente, que pressiona interna-

mente pelo privatismo, em troca de bolsas e outras benesses, enquanto os demais amargam com arrocho salarial e instabilidade.

Para os estudantes, também há a promessa de algumas premiações com bolsas ou internacionalização, condicionadas à inexistência de “conduta desabonadora”. O Secretário de Ensino Superior fantasia: “O jovem vai ser libertado da perspectiva de ter de arrumar um emprego ou prestar concurso público, pois, serão empreendedores e donos dos próprios destinos”. Como parte da campanha ideológica, a minuta ainda propõe a “criação do Dia Nacional do Estudante Empreendedor, a ser comemorado no primeiro sábado depois do dia do trabalhador”.

Financiamento

Grande parte do que o Future-se sugere para arrecadar receitas já é feito pelas Ifes. A novidade é que o MEC empurra as instituições a se vincularem a várias modalidades de fundos de investimentos para ampliar suas receitas e criar ambientes de negócios: Fundos de Investimentos Imobiliários, Fundos Patrimoniais, e um fundo soberano de conhecimento, batizado de “Fundo da autonomia financeira das Ifes”. O Ministério da Educação diz que o fundo deve ter R\$ 102,6 bilhões.

O Future-se é mais um degrau para se chegar à quebra da gratuidade. Amplia a privatização interna, e naturaliza a ideia de que as instituições capturem recursos. A proposição da cobrança dos estudantes ainda encontrará o momento propício para ser apresentada. O governo prepara um modelo que aplica regras próximas ao PROUNI e FIES às instituições públicas.

Atritros com burocracias universitárias

A Associação dos dirigentes da Ifes (Andifes) expressa a

subordinação das burocracias universitárias à burguesia e seu Estado, ainda que haja divisões. Queixam-se de não terem sido consultadas antes, para compartilharem a expertise das medidas privatistas que já aplicam. Denunciam que as Fundações de apoio são desconsideradas no texto. É frequente que os altos escalões da burocracia universitária estejam mesclados à gestão das Fundações. Substituir as fundações por Organizações Sociais é tirar das mãos da burocracia vários de seus negócios, que envolvem uma casta docente. A EBSEH, empresa pública de direito privado, criada por Lula e Dilma, foi várias vezes evocada pelo secretário de ensino superior. O governo Bolsonaro dá um passo adiante em relação às fundações e EBSEH, pretende entregar a gestão das universidades para entidades abertamente privadas.

Intervenção da UNE

Eis a resposta do presidente da UNE, Iago Montalvão, ao ministro da Educação, quando anunciava o Future-se: “*Tem que devolver o dinheiro do contingenciamento, ministro. Estamos à disposição para dialogar, mas a gente quer resposta para hoje. A gente quer saber o que vai acontecer com os estudantes que estão sem bolsa*

Publicamos abaixo o manifesto divulgado no ato de Brasília, no dia 12 de julho

Governo e Congresso Nacional impõem a reforma da Previdência

Como continuar a luta?

A população não tem ideia do golpe que recebeu com a aprovação da reforma da Previdência. Não caiu em si sobre o quanto será sacrificada. Não tem a noção dos reais motivos que levaram os capitalistas e seu governo a implantarem alterações tão profundas no regime previdenciário. Muitos acreditam que esse é um problema que só virá com a velhice.

Certamente, não é simples entender a relação entre a exploração do trabalho e o sistema de Previdência. Era preciso que a direção do movimento, contrária à reforma, desenvolvesse a compreensão coletiva dos explorados sobre as brutais consequências para a vida da maioria que vende a sua força de trabalho aos capitalistas por um salário miserável. Era no combate que a parcela consciente mobilizada convenceria a parcela passiva sobre a necessidade imperativa de derrubar a reforma da Previdência de Bolsonaro, Guedes e Congresso Nacional. Convenceria que somente um levante em todo o País venceria a decisão das forças burguesas de impor uma contrarreforma tão ampla à maioria oprimida. Esse combate, porém, não foi amplo, efetivo e firme. Ao ficar no meio do caminho, permitiu que a burguesia utilizasse o Congresso Nacional e a imprensa para enganar e reforçar a passividade da parcela que não confiou na luta.

Esteve colocada uma polarização de classe, que poderia levar a uma grande e sólida unidade dos trabalhadores da cidade e do campo. A burguesia e seu governo sentiram o perigo em baixo de seus pés. A aprovação tranquila, como a que ocorreu no primeiro turno, no entanto, indicou que os inimi-

[...] *Essa é a nossa reivindicação, precisamos de investimento público na educação [...]. É importante que tenha parcerias, mas é preciso de política pública na universidade*”. Ou seja, defendeu as parcerias com o setor privado, e se limitou a mendigar verbas e pagamento de bolsas.

13 de agosto – combater o governo com o programa proletário para a educação

No dia 13 de agosto, está marcada uma nova greve nacional da Educação. É preciso convocar as assembleias universitárias e constituir os comitês de luta. A unidade de professores, funcionários e estudantes pode retomar o movimento massivo de 15 de maio. As bandeiras de “Abaixo o Future-se”, de autonomia universitária, de fim do sistema privado da educação, fim da influência das igrejas, de defesa de um sistema único, estatal, de ensino, de uma educação vinculada à produção social, e combinação do trabalho a todos com os estudos devem constituir uma resposta programática à ofensiva privatizante e monopolista da educação. Está ainda na ordem do dia a luta contra a reforma da Previdência, a reforma trabalhista e a terceirização. A defesa do emprego a todo o jovem é imprescindível na luta pela educação pública.

gos dos explorados conseguiram evitar uma revolta nacional. Rodrigo Maia, presidente da Câmara de Deputados, pôde dizer que o resultado dos 379 votos se deveu à democracia. Democracia essa que permitiu à oposição – PT, PCdoB, PSOL, PSB e PDT – esperar, discursar, vociferar e, finalmente, votar contra a reforma. Venceu a democracia dos capitalistas, contra a democracia dos milhões que se manifestaram contra, e dos milhões que, mesmo passivamente, se mostraram descontentes. Não há dúvida de que a maioria da população não aceita contribuir mais, trabalhar mais e ganhar menos na velhice. O governo e o Congresso Nacional não ousariam fazer um plebiscito, uma consulta popular, para verificar.

A dissolução do confronto de classe explica a “vitória democrática” do governo ditatorial de Bolsonaro e do Congresso Nacional capacho da burguesia, dos credores da dívida pública, e dos saqueadores do Tesouro Nacional. As centrais sindicais não se colocaram pela derrubada da reforma da Previdência. Não se colocaram por conduzir o movimento a se chocar com o Congresso Nacional. Separaram a luta dos explorados em dois momentos. O primeiro, opondo-se ao projeto de Bolsonaro. O segundo, submetendo-se às manobras de Rodrigo Maia e aos remendos no projeto original. A greve geral de 14 de junho serviu apenas como sinal ao governo e aos deputados de que a resistência ocorreria de acordo com os limites da democracia burguesa. Não esteve colocado o objetivo de levantar os explorados contra o Congresso Nacional. O verdadeiro objetivo foi anunciado, no 1º de Maio, pelo deputado Paulinho da For-



Rodrigo Maia: Lágrimas de crocodilo

ça. Esse bandido da burguesia deixou claro que se tratava de “desidratar” a reforma da Previdência. O resultado da traição evidenciou a impossibilidade dos explorados derrotarem o governo sem que derrotassem o Congresso Nacional, sem que ferissem profundamente a democracia oligárquica, que serve inteiramente ao capital financeiro.

Depois da limitada greve geral, os burocratas das centrais e dos sindicatos desativaram o movimento, aguardando o relatório da Comissão Especial, sob a direção do PSDB, que estava pela aprovação da reforma. O deputado Samuel Moreira negociou com Guedes algumas das alterações. Paulinho da Força tomou parte abertamente dessa jogatina. A oposição como um todo acabou se envolvendo nas discussões sobre as emendas, de uma maneira ou de outra, mais clara ou mais veladamente. Nenhum partido da oposição rechaçou a democracia burguesa como sendo um instrumento de ataque à vida das massas. Em especial, o PT e o PCdoB não proibiram os seus governadores de participarem das manobras de Maia. Na condição de reformistas e nacionalistas burgueses e pequeno-burgueses, não poderiam mostrar que se tratava de uma imposição da ditadura de classe da minoria sobre a maioria.

Resolvidas as pendências entre Bolsonaro e Maia, ficou garantida a aprovação. Fez parte das tratativas, a liberação de verbas aos parlamentares. Restabeleceu-se a política do “toma lá dá cá”. Em alguns dias, Bolsonaro liberou bilhões. Esse fabuloso montante, os parlamentares governistas e adesistas poderão usar em seus estados e municípios como um anestésico ao descontentamento de suas bases políticas. Não por acaso, os deputados do Nordeste foram agraciados, tendo por trás os respectivos governadores, entre eles os do PT e PCdoB. Foi vergonhosa a barganha montada por Camilo Santana, governador petista do Ceará.

O voto contrário à reforma da Previdência, por parte do PT e PCdoB, seguiu a orientação de não se macular como oposição, que pretende se restabelecer depois do golpe de Estado sofrido em 2016. O PSOL foi na mesma linha. Destoou o fato de 19 deputados da oposição votarem a favor da reforma, 11 do PSB e 8 do PDT. Assim, os deputados aprovaram por ampla maioria o projeto de Bolsonaro, modificando alguns pontos para atender aos interesses particulares dos congressistas. Assim, o projeto original foi mantido no fundamental. Em agosto, será concluída em segundo turno a aprovação da reforma. Era intenção de Maia resolver ainda em julho. Não foi possível, porque os parlamentares querem ter absoluta certeza de que o “toma lá dá cá” vai ser cumprido por Bolsonaro e, provavelmente, também porque não terminaram com as negociatas em torno das emendas.

Não se deve alimentar qualquer ilusão de que é possível reverter a derrota dos trabalhadores. A derrota não se seu deu na Câmara dos Deputados, que é uma cova da burguesia. A derrota se deu no campo de batalha, por meio do desvio e bloqueio das mobilizações e da greve geral. A derrota se deu fora da Câmara. A derrota resultou de uma traição das centrais e da direção dos movimentos, que seguem a política parlamentar dos reformistas (PT, PCdoB, PSOL). Há muitas formas de se trair uma luta. A que predominou foi a de submeter o movimento ao Congresso Nacional. Está aí por que, com a direção burocrática, conciliadora e submissa à democracia burguesa, não é possível levantar as massas contra o Congresso Nacional.



Deputados festejam a desgraça dos assalariados e aposentados

Mais uma vez, as centrais burocratizadas e os respectivos sindicatos serviram de organizadores da derrota. Mais uma vez, traíram a causa do proletariado em nome da democracia e do respeito ao parlamento da burguesia. Dizemos mais uma vez, porque fizeram o mesmo com a greve geral de 28 de abril de 2017, diante da reforma trabalhista de Temer.

A vanguarda revolucionária deve mostrar a derrota, a traição e a via para superá-la. Somente com a acirrada luta de classes, com a greve geral, com os bloqueios, com as ocupações, e com a organização coletiva, com as assembleias e com os comitês de luta, era possível derrotar o governo. Somente com um levante, os explorados derrubariam e enterrariam a reforma da Previdência. Era necessário ter organizado o movimento para a greve geral por tempo indeterminado. Agora, não há outro caminho senão aproveitar a experiência negativa para mostrar à classe operária, aos camponeses pobres, à classe média arruinada e à juventude a necessidade de construir a direção revolucionária nos sindicatos e pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskista.

Trata-se de denunciar o papel contrarrevolucionário do reformismo petista e estalinista pcdobista. Trata-se de colocar a derrota dos explorados inteiramente sobre os ombros da burocracia sindical, dos dirigentes pequeno-burgueses vestidos de populares, e de toda esquerda eleitoreira, que usa seu posto de oposição para alimentar as ilusões democráticas das massas nas instituições da burguesia.

O capitalismo não tem nada a oferecer aos assalariados, a não ser maior exploração e pobreza. A economia encarcerada pela grande propriedade privada dos meios de produção se contorce com o baixo crescimento, estagnação e recessão. Desintegra as forças produtivas e empurra milhões de trabalhadores ao desemprego e subemprego. A burguesia se protege das crises com as contrarreformas. Não sendo suficientes para aumentar a taxa de lucratividade e sustentar a gigantesca dívida pública, recorre às privatizações. A entrega do patrimônio do País ao capital imperialista e aos seus lacaios nacionais já foi anunciada. Logo após a aprovação da reforma da previdência, o governo Bolsonaro-Guedes impulsionará seu plano antinacional, entreguista e vende-pátria. O Congresso Nacional fará o mesmo. Aos reformistas e nacionalistas, caberão os discursos impotentes de defesa da soberania nacional.

Com a reforma da Previdência, a burguesia conseguiu im-

plantar o plano radical de contrarreformas. Temer aprovou a reforma trabalhista e a lei da terceirização. São três medidas de grande alcance, que constituem o programa antinacional e antipopular, tão almejado, desde que a ditadura militar cedeu lugar à democracia. Para isso, a burguesia e seus partidos históricos recorreram ao golpe, que derrubou o governo petista. Instalou uma ditadura civil, que somente não completou as contrarreformas porque deixou a Previdência ao seu sucessor Bolsonaro. A economia do Brasil se sujeita ainda mais ao capital financeiro e aos monopólios. Os explorados arcam com gigantesco retrocesso. Terão de voltar à luta, imediatamente ao ataque contra a Previdência. A derrota sofrida servirá de experiência com a direção traidora.

A crise de direção revolucionária se evidencia diante da classe operária, justamente quando mais dela precisa para se defender. A presença do Partido Operário Revolucionário, ainda que embrionário, no enfrentamento ao governo, e no embate contra a política de conciliação de classes, permite avançar na tarefa de

construir a direção classista, fiel ao programa dos explorados. As derrotas sofridas desde o golpe de Estado não quebram as tendências de luta das massas. As condições objetivas continuam a potencializar a luta de classes. O plano de privatização, as novas medidas como a MP da Liberdade Econômica, o alto desemprego e subemprego, o baixo crescimento da economia, a investida contra o ensino público, e a degradação da vida da maioria estarão na base das lutas que virão. Trata-se de manter alto a bandeira de abaixo a reforma da Previdência do governo e do Congresso Nacional. Trata-se de reorganizar o combate às contrarreformas do governo ditatorial, pró-imperialista e serviçal do capital financeiro, dos latifundiários, do agronegócio e dos monopólios. A estratégia que deve guiar a resistência das massas é a da luta por um governo operário e camponês. A tática é a de constituir a frente única anti-imperialista. A política é a de independência de classe. O método é o da ação direta. Lutemos com todas nossas forças e meios para defender a vida das massas e marchar sob o programa da revolução e ditadura proletárias.

RN: O Dia 12 de julho: desinteresse e desorganização

O ato foi marcado em frente à escola da Zona Norte Iapissara Aguiar, pela manhã, e contou com um grupo de 30 pessoas. A direção do SINTE chegou uma hora depois do horário. As falas foram no sentido de pedir à base que solicitasse aos deputados não votarem na Reforma da Previdência, e foi passado o abaixo-assinado. Enfim, o reformismo continuou com a sua política de pressão parlamentar, embora, em um momento, chamou a greve geral. O ato foi tirado pelas Centrais, mas outras categorias não participaram para além da educação. Nossa intervenção se deu com as notas, no microfone, colocando a necessidade de construção da greve geral sem ilusões no Congresso Nacional.

Na parte da tarde, o ato foi na rua João Pessoa, no centro comercial da cidade, cortando a avenida Rio Branco. Não foi muito diferente da manhã, contou com a participação de 50 pessoas, não tínhamos o carro de som, as falas foram no megafone, uma vergonha para o movimento, num dia em que antecedeu a primeira votação no congresso que aprovou a re-

forma. As categorias presentes foram um grupo dos bancários, de funcionários da UFRN e da educação, e a direção do SINTE que coordenou o ato. Nem as direções dos sindicatos da educação das regionais estavam presentes, nem mesmo da oposição. Tudo desmontado, não era um dia de paralisação, era só um ato. As falas seguiram no mesmo tom da manhã

Com toda esta desorganização do ato do dia 12, confluuiu a estratégia reformista de que é necessária uma reforma da Previdência, não na forma que o governo Bolsonaro exigia. Mas, com emendas, foi aprovada a Reforma da Previdência que impossibilita a aposentadoria com o aumento do tempo e idade de contribuição dos oprimidos, eis o fundamental da reforma.

É urgente que as centrais se voltem ao método da ação direta para derrubar as reformas: da Previdência, a reforma trabalhista, a terceirização e lei de congelamento de gastos e, junto a isto, que haja a superação da crise de direção, com a construção do partido operário revolucionário.

RN: Corrente Proletária na Educação surpreende os burocratas

A assembleia aconteceu no dia 8 de julho, no auditório do SINTE. Esta foi esvaziada, a maioria dos presentes sendo apoiadores da direção do SINTE (PT). Também estava presente a Corrente Proletária na Educação, e alguns membros do PSTU. Houve a inscrição de duas chapas: a da direção do SINTE (PT), e a chapa da Corrente Proletária na Educação (POR). No sorteio, a primeira foi a chapa do PT, que dividiu o tempo entre os dois dirigentes. Posicionaram-se contra o governo de Bolsonaro, contra a reforma da Previdência, porém, com o método de pressão parlamentar. A Corrente Proletária na Educação dividiu também o tempo entre dois militantes, caracterizou o governo Bolsonaro como militarista, obscurantista e ultraliberal, e colocou a necessidade da construção da greve geral por tempo indeterminado.

Houve a contagem dos votos: 54 votos para a chapa do SINTE e 22 votos para a chapa da Corrente Proletária na Educação. A contagem dos delegados foi sob cálculo proporcional, e a CPE conquistou 2 delegados para o congresso nacional, e 6 delegados para o congresso estadual da CUT. Foi grande surpresa a quantidade de delegados da CPE, pois, a maioria dos presentes era da base da direção do SINTE. A participação do PSTU foi a de chamar o voto nulo, visando a enfraquecer a representatividade dos delegados para o Congresso, fruto de sua política sindical divisionista, na tentativa de enfraquecer a CUT e fortalecer a Conlutas. Sua tática fracassou, com o resultado de apenas 2 votos nulos, dos seus próprios militantes. -O partido atuou também com a banca e nota para assembleia.

Rondônia

Fórum dá as costas à aprovação da reforma da Previdência

Era de se esperar que o Fórum das Entidades dos Trabalhadores em Rondônia em Defesa dos Direitos Trabalhistas e Sociais – FETRARON, encabeçado pela CUT/CTB, que organizou as primeiras manifestações, 15 e 30 de maio, e a greve geral de 14 de junho, também marcasse protestos para o 12 de julho, contra a aprovação da reforma da Previdência, no 1º turno. No entanto, nada foi feito.

No dia 24/06, esse Fórum chamou uma audiência pública no Sintero, convidando os deputados federais e senadores do estado para apresentarem sua posição na votação da reforma. Apenas compareceu— para assegurar votos no futuro – o deputado federal Mauro Nazif, do PSB, que já foi prefeito de Porto Velho.

A partir de então, o Fórum se limitou a organizar *outdoors* em todos os municípios do estado, pedindo que deputados e senadores votassem contra a reforma, com os seguintes dizeres: “*Deputados e senadores, agora é o povo que pede seu voto. Votem contra a reforma da Previdência. Queremos aposentar ainda em vida e com dignidade.*”. Como se vê, uma ladainha de subalternos pedindo as bênçãos aos seus senhores. Um papel lamentável e traidor que prestaram as entidades sindicais. São direções corrompidas na política burguesa.

No dia da votação da reforma, a direção do Sintero, que posa de mais mobilizadora, encaminhou, através das mídias, alguns esclarecimentos sobre o conteúdo da reforma e o abaixo-assinado, para que os filiados assinassem

e encaminhassem aos deputados. Isso para mostrar que ainda estava na luta.

A derrota com a aprovação da reforma trabalhista, para essas direções, não serviu de lição. Voltaram, novamente, com a mesma política de “pressão aos parlamentares”, chantagem em relação ao voto/eleição, abaixo-assinado dirigido ao Congresso Nacional. São direções conciliadoras, que rejeitam a política operária, que é a da luta de classes.

Essas experiências negativas devem auxiliar a tarefa de pôr em pé as direções sindicais classistas. Permitem avançar na consciência de classe das camadas oprimidas. Para isso, é imprescindível construir o partido revolucionário na região, duramente castigada pela fome e miséria.

Pernambuco

Plenária das Centrais

No dia 10/07, ocorreu, em Recife, a Plenária das Centrais Sindicais. Convocada para organizar o ato do dia nacional de luta contra a reforma da Previdência do dia 12 de julho, ou seja, construir a mobilização de 24 horas. Dentre os presentes, estavam CUT, CSP-Conlutas, CTB, UGT e Força Sindical. O tempo apertado de preparo serviu de justificativa para dizerem que foi impossível a convocação das massas. Isso sem que se explicasse a razão de não terem chamado a plenária com antecedência, principalmente após a greve geral de 14/06.

A CTB fez um balanço da última reunião das centrais. Depois de denunciar os deputados que votaram pela reforma da Previdência na Comissão, afirmou que todas as centrais e movimentos nacionais estariam focados na ida a Brasília, no dia 12/07, e que não havia perspectiva de grandes atos. Ou seja, a CTB queria justificar que o dia 12/07 era o dia de mobilização apenas em Brasília, sem fazer o

balanço se a decisão de focar em Brasília era correta.. Sobre a greve geral de 14/06, o sindicalista culpou a chuva do dia anterior. E disse que o povo não entendeu o conteúdo da reforma da Previdência. Responsabilizou a imprensa (Globo), sem contudo, explicar quais foram as medidas das centrais e movimentos para se contraporem às mentiras da burguesia. A CSP-Conlutas denunciou a aprovação da Reforma da Previdência a portas fechadas. Avaliou que as manifestações de maio mostraram disposição de luta das massas. Apresentou a proposta de realização de panfletagem no metrô, no dia 12/07, contra a reforma e privatização do metrô. Foi a única que reconheceu a disposição de luta das massas, mas não apontou o desmonte luta após a greve geral do dia 14 de junho.

A CUT avaliou os atos de 15 e 30 de maio e a greve geral do dia 14/06. Iniciou o balanço falando do tempo que demanda a construção de uma greve geral, comparando as greves ge-

rais desse ano (parcial) e de 2017, que parou a produção em Pernambuco. Apontou a preocupação em chamar o dia 12/07, tão em cima da hora, ser esvaziado, após os grandes atos recentes. Defendeu a unidade das centrais, reconhecendo que, após aprovação da reforma da Previdência, virão outros ataques, como a reforma tributária. A fala da CUT foi extremamente derrotista com relação à construção do ato do dia 12/07, ou de uma nova greve geral, e sua conclusão foi: a defesa da coleta de assinaturas contra a reforma da Previdência.

O POR atuou na plenária, defendendo que o dia 12/07 servisse para retomar a organização da greve geral contra a reforma, que sejam retomados os comitês de luta nos bairros, locais de estudo e trabalho. E que a pressão parlamentar é derrotista. A plenária concluiu com a convocação de panfletagem no metrô, diante da impossibilidade de construção de um ato, e sem data de uma nova plenária.

QUINZENA DE LUTA

13 DE AGOSTO: DIA NACIONAL DE LUTA

As principais centrais sindicais decidiram por uma mobilização contra a reforma da Previdência e os cortes na educação, no dia 13 de agosto. A mobilização propõe, na realidade, continuar com a chamada “pressão aos deputados” e visa à entrega dos abaixo-assinados ao presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia. Aprovaram que irão pressionar os deputados nos aeroportos, no dia 6 de agosto, pois, é o momento de retorno destes a Brasília. Como se vê, o “dia nacional de luta” não é de greve, nem de paralisações. A burocracia sindical sabe que os deputados que votaram a favor, e foram muitos, já se comprometeram com o governo. Esperam apenas que a fábula de recursos prometida seja rapidamente efetivada. Bolsonaro, Guedes e Maia pagaram caro por cada voto em favor da reforma. Essa é a política burguesa do “toma lá dá cá”.

A derrota da reforma da Previdência dependia de poderosas greves gerais. Uma greve de um dia não faz a burguesia retroceder em seu plano. Dependia de a classe operária ganhar as ruas e impulsionar a luta dos outros setores. Mas, a burocracia sindical fez de tudo para que o descontentamento, presente nas fábricas, não se transformasse em ação, e não se chocasse com o governo. Agora, diante do dia 13 de agosto, o movimento enfrenta esse mesmo obstáculo. Ou as centrais sindicais retomam a greve geral, ou se caminha para enterrar de vez a luta.

Fortaleza:

Demissão de cobradores e o uso obrigatório de cartões eletrônicos

Dia 24 de julho, ocorreu ato convocado pelo Sintro (sindicato dos trabalhadores rodoviários, dirigido pelo Resistência-PSOL), para exigir do Prefeito Roberto Cláudio (PDT/PC do B) uma solução para a voracidade dos empresários de ônibus (Sindiônibus), que já implantam, de forma acelerada, o uso obrigatório de crédito eletrônico, em todas as linhas de ônibus da cidade. Os passageiros que querem pagar suas passagens em dinheiro são praticamente obrigados a solicitar cartão e pôr créditos para andar no transporte coletivo; poucos são os ônibus que ainda rodam recebendo pagamento em espécie. O objetivo dos empresários é demitir cerca de 2.000 cobradores e aumentar suas taxas de lucro, favorecendo as empresas e bancos com emissões de cartões.

FORD INICIA DEMISSÃO DOS OPERÁRIOS

A notícia de que 750 operários da Ford de São Bernardo, que trabalhavam na produção do Fiesta, serão demitidos provocou indignação do prefeito de SBC, Orlando Morando/PSDB. No entanto, o prefeito fez parte das negociações em torno do fechamento da montadora. O prefeito manifestou seu descontentamento pelo fato da empresa não ter sido cumprido o plano de desmonte.

Do lado do Sindicato dos Metalúrgicos, há apenas orientações sobre o pacote de indenizações, e sobre as informações relacionadas ao possível comprador da planta da Ford. Reforçou que o acordo feito com a montadora é responsabilidade dos operários que, no dia 31 de abril, decidiram aceitar a proposta dos patrões. Além disso, disse que irá cobrar do futuro comprador o compromisso de participação dos trabalhadores da Ford no processo seletivo. E convoca os trabalhadores da Ford para os cursos de atualização: educação financeira e empreendedorismo.

O acordo traidor feito pela burocracia do sindicato continua tendo suas consequências para os operários. A direção do sindicato e o prefeito querem que a montadora cumpra o acordo. Até hoje, a Ford não tem comprador. Mas, a burocracia, para aprovar o acordo, criou a ilusão de que a Ford tinha sido vendida, e que era possível assegurar os empregos. Em poucos meses, tudo está vindo abaixo. O que tem de concreto são as demissões.

Apesar de contar com representações da CUT, CTB, estudantes universitários, dirigentes sindicais e uma vereadora, o ato foi esvaziado. O POR interveio com distribuição de panfleto e uso do carro de som. Defendeu que a demissão dos cobradores é um ataque sem precedentes à categoria. A pressão sobre o Prefeito, para que faça alguma coisa, quando este mesmo prefeito é aliado do Sindiônibus, só desperta ilusões e frustrações. A única saída para a vitória é a greve da categoria, a paralisação dos terminais de ônibus de Fortaleza. Que o Sintro convoque um amplo comitê de luta, aberto a todas as correntes e entidades. Que o Sintro convoque assembleia dos trabalhadores e prepare a greve, que prepare o bloqueio dos terminais. A população indignada com a obrigatoriedade do uso do cartão estará na luta.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Paraná

Greve do funcionalismo e das universidades

Em 25 de junho, se iniciou a greve do funcionalismo estadual no Paraná. Comandada pelo Fórum das Entidades Sindicais do Funcionalismo Público – FES, que congrega aproximadamente 22 sindicatos de servidores públicos estaduais.

A greve foi deflagrada após o fracasso das negociações com o governo Ratinho Junior em torno às perdas salariais, que já ultrapassam os 17%, após 3 anos e meio sem nenhuma reposição salarial.

No dia 29 de abril, o FES realizou uma grande manifestação em frente ao palácio Iguazu, para lembrar o massacre do Centro Cívico de 29 de abril de 2015. Nessa data, tropas da Polícia Militar desfecharam uma violenta repressão contra estudantes, professores e outros servidores públicos, que se manifestavam contra a expropriação de 8 bilhões do fundo previdenciário por parte do governo. A repressão deixou diversos feridos, professores e estudantes presos e desgastou definitivamente o governador Beto Richa.

Após o ato de 29 de abril, o governo concordou em montar um grupo de trabalho com os sindicatos, para estudar alternativas de reposição salarial. Durante um mês, esse grupo de trabalho se reuniu, mas, não chegou a nenhuma proposta.

Somente após a frustração desse grupo de trabalho é que o FES resolveu convocar a greve. Inicialmente, esta foi protagonizada pelos professores da rede estadual de ensino médio, representadas pela APP – Sindicato, pelos servidores da secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, e por técnicos e professores de algumas universidades. Com o passar das semanas, todas as Universidades foram aderindo. Os servidores da Saúde também decretaram greve, embora, na prática, não paralisaram.

Um fato diferente desta greve foi o apoio – e até certo ponto participação no movimento – dos policiais civis e militares, que compuseram, junto aos outros sindicatos, o Comando de Greve. Estes, embora não entrassem propriamente em greve, realizaram diversos atos e manifestações para pressionar o governo pela reposição das perdas salariais, que também afetam as forças de repressão.

É importante destacar que a coordenação do Fórum demorou 4 meses até resolver encaminhar uma verdadeira campanha salarial, pois, do começo do ano até final de abril, essa a coordenação manteve a ilusão de que o governador Ratinho Junior iria negociar com o movimento. Só após o fracasso do grupo de trabalho montado para enrolar os sindicatos, é que a coordenação resolveu iniciar as mobilizações. Este detalhe explica a dificuldade em sincronizar o início do movimento, marcado para 25 de junho, pois, esta data atendia apenas ao principal sindicato – o dos professores – que estava mais mobilizado, obrigando as outras categorias a se adaptarem para acompanhar o início do movimento.

Outro elemento que conspirou contra uma adesão maior por parte dos outros sindicatos foi a postura da coordenação

do FES, que, logo no início do grupo de trabalho, ainda em maio, rebaixou a reivindicação das perdas salariais, limitando-as às do último ano, ou seja, 4,74%, ao invés dos mais de 17% acumulados. Imaginavam esses burocratas que, facilitando para o governo, seria mais fácil arrancar uma reposição parcial das perdas. Pelo contrário, o governo se aproveitou dessa fragilidade e endureceu durante semanas, se recusando a conceder qualquer índice.

Ratinho Junior faz parte do grupo de governadores que apoiam a inclusão de estados e municípios na reforma da Previdência perpetrada pelo governo Bolsonaro. Utiliza, para justificar esse apoio, um suposto aperto financeiro da arrecadação do Estado do Paraná. Na verdade, o estado do Paraná é um dos poucos que vem mantendo superávits reais na sua arrecadação, mas o governador montou um dispositivo propagandístico catastrófico para justificar a continuidade do arrocho salarial do funcionalismo.

Nessas condições, o enfrentamento do conjunto do funcionalismo exigia uma base maior, que incluísse a maioria das categorias e a defesa intransigente das perdas salariais acumuladas, no mínimo, portanto, de 17%

O movimento grevista precisou realizar dois importantes atos em julho, na frente do Palácio Iguazu, para arrancar uma miserável proposta de 5% de reposição, parcelados em 3 anos. Com essa proposta, o principal sindicato, APP, suspendeu o movimento grevista.

As universidades, no entanto, permanecem em greve. Professores e funcionários

reivindicam, além dos 17% de reposição, o arquivamento da tramitação de uma lei geral das universidades, que a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior tenta fazer aprovar na Assembleia Legislativa, e que constitui um ataque à autonomia das universidades, além de reduzir o número de professores e funcionários, e legalizar as terceirizações e a privatização das universidades estaduais.

A greve das universidades enfrenta o isolamento. A direção burocrática dos demais setores do funcionalismo rompeu a frente de combate sem que estivesse esgotada a capacidade de luta. Prevaleceu o corporativismo sobre as reivindicações comuns e as necessidades gerais dos explorados. O governo procurou se mostrar inflexível contando, justamente, com a possibilidade da divisão. A continuidade da greve nas universidades é um imperativo de força maior. O governador Ratinho desfechou uma ofensiva contra o ensino público, seguindo a linha de Bolsonaro. A superação do isolamento depende, agora, de os professores se mostrarem dispostos a ganhar as ruas, convocar os estudantes e funcionários a constituírem a assembleia universitária e responderem à política corporativa dos demais setores do funcionalismo. O POR trabalha nessa linha para manter coesa as fileiras dos grevistas e potencializar a capacidade da greve contra o governo reacionário do estado do Paraná.



Moradores do Formigueiro derrotam prefeitura

Cerca de seis anos atrás, 80 famílias sem teto passaram a ocupar casas, que haviam sido construídas pela Caixa Econômica, mas que foram rejeitadas pelos seus futuros donos legais por estarem edificadas sobre um grande formigueiro. A Comunidade das 80 famílias ocupantes passou a se chamar Comunidade do Formigueiro. Estas jamais foram reconhecidas legalmente pelo Estado como donas das casas. Os moradores, sob as mais variadas tentativas, por meio das vias institucionais burguesas (Justiça, advogados, vereadores), tentaram obter o direito a água, luz, transporte, escolas e postos de saúde, assim como o reconhecimento da propriedade da casa, mas sem obter êxito. O destino da Comunidade mudou, quando se cruzou com o da Frente Municipal em Defesa da Previdência e das Liberdades Democráticas, dentro da qual a atuação do POR foi determinante para que os moradores assumissem os métodos da ação direta para derrotar o prefeito Marconi Barreto (PSDB) e a Caixa Econômica.

A Frente (POR, PT, PSOL, PCdoB e sindicato rural) passou, assim, a organizar reuniões com outros moradores interessados e, como proposta do POR, passaram a ser organizadas assembleias de base na Comunidade. A partir disso, foi construída a pauta de reivindicações, tendo como duas pautas mais emergenciais, dentre outras, a água e a energia. Elegeram-se uma comissão organizativa de cinco membros, que estaria encarregada de organizar as assembleias e falar nas negociações com a prefeitura e a Caixa. A comissão se tornou uma referência na Comunidade, demonstrando que o movimento vivo das massas cria, naturalmente, a partir de suas próprias entranhas, as suas lideranças. Assimilou-se, fruto também da intervenção do POR, que todas as decisões importantes deveriam passar antes pela deliberação das assembleias, às quais a comissão estaria subordinada.

A partir de então, iniciou-se uma campanha da Comunidade, junto à Frente, de atos de rua e audiências com a prefeitura e Caixa. Os moradores do Formigueiro, antes esquecidos, pas-

saram a ser o foco das atenções de toda a cidade. Como forma de obter projeção eleitoral, mandatos de partidos reformistas, como os da deputada estadual Isolda (PT), da deputada federal Natália Bonavides (PT), e do deputado estadual Sandro Pimentel (PSOL), passaram a comparecer frequentemente na Comunidade, oferecendo suporte jurídico e institucional, assim como, no caso de um vereador local do PHS, a assediarem a Comunidade com favores assistenciais. Muito foi falado pelos setores reformistas da Frente, no sentido de esperar a ajuda dos parlamentares e a via institucional. O POR, nas reuniões da Frente e lideranças do movimento (que também passaram a compor a Frente), e, principalmente, nas assembleias de base da Comunidade, embora não se colocasse contra a presença dos mandatos no movimento, colocou, desde o início, a defesa do método da ação direta como meio de conquistar as reivindicações, para o qual os demais meios, acessórios deveriam se subordinar. O que foi assimilado, na prática, pelo movimento.

A Comunidade permaneceu ativa e firme, com seus métodos próprios de luta, até que o prefeito Marconi Barreto (PSDB), em audiência, deu o braço a torcer e atendeu imediatamente às reivindicações de fornecimento de água e energia. A chegada da água foi comemorada fervorosamente pela Comunidade. Estará em sua memória que tudo isso foi pelas suas próprias forças, pela ação direta, e não fruto de nenhum mandato ou juiz compadecido. Os moradores, mesmo não sendo reconhecidos legalmente pelo Estado como proprietários, conquistaram o reconhecimento real, tácito, pois, terão, na prática, água e luz em seus próprios nomes. Também foi conquistado o transporte escolar, assim como a promessa da construção de um posto de saúde. Permanecem na luta pela obtenção do título de proprietários da residência, assim como outras melhorias. O mais importante de tudo é que ficou claro aos oprimidos a importância de tomar o problema em suas próprias mãos, lutar com suas próprias forças e não confiar na demagogia eleitoral dos oportunistas.

Manobra da direção da Afuse

A diretoria da Afuse convocou uma reunião do Conselho Estadual, no dia 29 de junho, depois de vários questionamentos dos conselheiros de oposição, em que o único ponto era a eleição de delegados para o Congresso Nacional da CUT. De forma burocrática, foi apresentado o número de delegados que o sindicato tinha direito, 21 delegados. Mas, a diretoria fez uma reunião de manhã e escolheu 16 delegados. Cabe ressaltar que a diretoria é composta por uma única corrente, a Articulação/PT). Posando de democráticos, trouxeram para a reunião do Conselho 5 vagas. Cabe também dizer que a Articulação/PT tem a maioria do Conselho. De forma autoritária, abriram a reunião dizendo que “a corrente Articulação/PT é a que dirige o sindicato”, levantaram para a plenária ver uma apostila como Tese, leram umas assinaturas de outras correntes ligadas ao PT que assinavam a apostila e, por fim, justificaram a escolha dos 16 delegados, sem submeter esses nomes ao Conselho.

Depois dos protestos de setores de oposição, a direção submeteu à eleição dos 5 delegados restantes. Como tem a maioria, acabou levando todos os delegados.

Aí está o exemplo de uma direção burocrática e antidemocrática, que impede a discussão das posições políticas no interior do sindicato. Uma direção que se apoia no aparato para fazer valer suas ideias. Esse é mais um exemplo de uma direção que está em choque com as tendências de luta dos explorados.

A Corrente Proletária, que defendeu a eleição de delegados de forma democrática, sobre a base de posições políticas e respeitando a proporcionalidade, rechaçou, no Conselho de cartas marcadas, as manobras da burocracia da Afuse. A tarefa colocada é a de organizar uma oposição de luta contra a burocratização do sindicato e em defesa da vida dos explorados. Por isso, a Corrente Proletária chama a vanguarda a se integrar a essa tarefa.

Ato dos 30 anos do POR

No dia 7 de julho, a regional de São Paulo do Partido Operário Revolucionário/POR realizou a sua comemoração de 30 anos, com a participação de militantes e simpatizantes. Nesse dia, foi lançado o Jornal Especial, nº 590, com artigos sobre a trajetória do partido. Na abertura, o camarada Atílio fez uma exposição. Destacamos aqui os seguintes pontos: 1) O POR, como corrente internacionalista, trabalha pela reconstrução da IV Internacional, por meio da edificação do Comitê de Enlace, que agrega as seções da Bolívia, Argentina, Chile e Brasil; 2) ressaltou as condições objetivas, em todo o mundo, para a revolução proletária. A era das revoluções burguesas acabou. As tentativas de democratizar o Estado burguês fracassaram, a exemplo dos governos nacional-reformistas da América Latina; 3) A III Internacional foi fundada por Lênin, no período de guerras, revoluções e contrarrevoluções. A sua destruição, em 1943, por Stálin, indicou a profundidade da crise de direção. Os partidos comunistas já haviam abandonado a estratégia da revolução proletária; 4) a IV Internacional, criada em 1938, por Trotsky, tinha o objetivo reconstruir o Partido Mundial, baseado no Programa de Transição; 5) no Brasil, a Oposição de Esquerda, em 1935, tendo à frente Mário Pedrosa, tinha a tarefa de construir o programa da revolução para o País, o que implicava penetrar no seio da classe operária, e combater o nacionalismo burguês. Essa tentativa não progrediu, o que permitiu que o Partido Comunista brasileiro (PCB) continuasse atuando sobre o jovem proletariado; 6) O PCB se dividiu em várias correntes, sem romper com o nacionalismo burguês, que historicamente condicionou a política do estalinismo; 7) com o golpe militar de 1964, as correntes oriundas do estalinismo se voltaram para o foquismo, golpeadas pela brutal repressão; 8) a chamada redemocratização possibilitou o surgimento do PT, um partido que se negou a defender a estratégia da revolução social. Nasceu do sindicalismo e, em pouco tempo, enveredou para o eleitoralismo; 9) o POR é parte dessa história, em que impera a crise de direção revolucionária. Quando restabeleceu-se o trotskismo no Brasil, no final dos anos 1980, a restauração capitalista sobre os países de economia estatizada dava passos gigantescos. A tarefa de pôr em pé um partido marxista-leninista-trotskista, no momento de regressão história, é de grande magnitude, pois, é preciso reerguer a consciência revolucionária, constituir o partido de quadros, de militantes profissionais, e restabelecer os elos do socialismo científico; 10) nesses 30 anos, o POR tem dado passos nesse sentido, assimilando os ensinamentos do POR Bolívia, em particular, de Guillermo Lora, materializados na defesa de que o partido é o programa.

Em seguida, Magda fez um breve relato da história do partido. Mostrou a importância dos livros publicados, em que constam a atuação político-teórica do POR. Destacou alguns aspectos: 1) o POR nasceu no Congresso de 1 e 2 de julho de 1989, defendendo a construção do programa e da estratégia da revolução e ditadura proletárias. Aprovou suas resoluções programáticas, e publicou o número 1 do Jornal Massas; 2) em maio de 1990, na Conferência extraordinária, o POR rompeu com o PT. Publicou o folheto “O reformismo do PT e a falência das esquerdas”; 3) O 2º Congresso, em junho de 1991, aprovou a resolução em que analisa o governo pró-imperialista de Collor e as tarefas da situação. O Congresso discutiu a brutal repressão, sofrida pelo partido por ocasião do despejo da Vila Socialista; 4) o 3º Congresso, 8 de janeiro de 1993, teve um papel decisivo, porque aprovou o programa, resultado do trabalho coletivo de compreensão da realidade brasileira e da in-

tervenção no interior dos movimentos; 5) um ano depois, 1994, no 4º Congresso, o partido aprovou uma síntese programática; 6) no 5º Congresso, julho de 1997, em função do trabalho de intervenção no movimento, o POR aprovou as “Teses Sindicais, assinalando a tarefa de libertar os sindicatos da direção burocrática, e constituir-se como organização de combate, baseada na democracia operária”; 7) em janeiro de 2000, no 6º Congresso, foram aprovadas as “Teses para a educação”, contendo os fundamentos programáticos da política proletária para a educação; 8) na Conferência Nacional de 2001, o partido aprovou as “Teses Agrárias”, um trabalho de assimilação crítica da experiência dos movimentos camponeses, e de defesa da revolução agrária, única forma de superar o atraso do País e erradicar a miséria e fome da maioria camponesa; 9) o 7º Congresso, janeiro de 2003, teve uma enorme importância, porque caracterizou a chegada do PT ao poder do Estado como um partido aburguesado, que oscilava entre posições nacionalistas e pró-imperialistas; 10) em janeiro de 2005, no 8º Congresso, o POR fez um balanço do governo Lula, mostrando seu caráter burguês e sua política contrarrevolucionária de conciliação de classes; 11) no 9º Congresso, janeiro de 2007, o partido se dedicou à assimilação da rica experiência do POR boliviano, em função da situação revolucionária nesse País; 12) em janeiro de 2009, no 10º Congresso, o POR se debruçou na compreensão da crise mundial de 2008, e as consequências para os países semicoloniais e para a maioria oprimida de todo o mundo; 13) no 11º Congresso, a resolução política assinalou o governo burguês de Dilma Rousseff, a estatização dos sindicatos e o avanço da crise mundial; 14) em janeiro de 2014, no 12º Congresso, o POR aprovou a atualização do seu primeiro programa (1993); 15) em 2016, no 13º Congresso, teve como centro de discussão a aprovação da Resolução sobre as Opressões, uma análise crítica ao feminismo burguês e pequeno-burguês, e a defesa da posição marxista de que toda opressão é de classe; 16) no seu último congresso, 14º, janeiro de 2018, o POR analisou o golpe de Estado, que derrubou o governo do PT, e caracterizou o governo Temer como de ditadura civil. Em janeiro de 2020, o partido fará o XV Congresso.

Finalmente, o camarada Lucas fez uma apresentação do Jornal Massas-especial. Enfatizou a luta do POR em constituir-se como programa e penetrar no seio do proletariado. Expôs os principais aspectos da evolução programática e da linha política. Chamou a atenção para a importância das ideias políticas e das análises do partido serem comprovadas pelo desenvolvimento histórico do País, em cuja base está a luta de classes. Mostrou que o POR, desde a sua origem, se preocupou em edificar-se como internacionalista. Imediatamente, se vinculou ao POR da Bolívia e ao Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional. Inúmeros folhetos sobre a crise mundial alicerçam suas posições internacionalistas.

Após essas apresentações, a plenária foi dividida em grupos em torno dos seguintes pontos: 1) a construção do partido-programa; 2) 30 anos combatendo o nacional-reformismo e a conciliação e classes; 3) a luta pela independência política do proletariado; 4) o trabalho internacionalista do POR. Concluída as discussões nos grupos, abriu-se a plenária, para que fossem resumidas as considerações em torno de cada tema.

O ato se encerrou com todos os presentes de pé, de punhos cerrados, cantando a Internacional e dando um viva à construção do Partido Operário Revolucionário.

Congresso da UNE burocratizado e distracionista

O Congresso da União Nacional dos Estudantes (Conune) ocorreu entre os dias 10 e 14 de julho, em Brasília. O Congresso reuniu mais de 10 mil estudantes. A abertura ocorreu na UNB, e as plenárias e a eleição da direção, no Ginásio Nilson Nelson. Por meio do uso de seu grande aparato eleitoral e da estrutura burocrática do processo de tirada de delegados, PT e PCdoB (agora, com o apoio do PPL) asseguraram a maioria de votos para se manterem na direção da UNE. O PSOL – que durante o processo de tirada de delegados havia se fragmentado em mais de uma chapa – se reuniu, juntando-se à UJC (PCB), Correnteza (PCR) e diversos grupos reformistas e centristas, para compor uma chapa unificada de oposição. Tamanho oportunismo permitiu a junção de correntes que, ao mesmo tempo, atacavam o reformismo do PT, e defendiam supostos avanços no governo Lula e Dilma.

O PSTU e o MRT retiraram suas chapas para apoiarem a chapa frentista do PSOL, PCB e PCR, desconsiderando suas teses completamente adaptadas ao reformismo. Os discursos radicalizados em torno do socialismo e de algumas bandeiras mal disfarçaram sua adaptação à oposição oportunista do PSOL em aliança com duas frações do estalinismo.

Sem debates políticos, os burocratas reservaram apenas 5 minutos para a apresentação das teses. No entanto, a corrente majoritária fez o uso de mais de 20 minutos para sua apresentação. As teses foram divididas nos seguintes temas: Conjuntura, Educação e Movimento Estudantil. Esteve ausente o Plano de Lutas, cujas bandeiras eram lidas, defendidas, e depois votadas, sem debates. Nenhuma das teses fez a análise marxista da crise estrutural do capitalismo

e de como o imperialismo tem imposto suas medidas para despejar sua crise sobre os explorados nas semicolônias, por exemplo. As correntes petistas exaltaram o discurso opositor ao governo Bolsonaro, e a campanha de “Lula Livre”. Contra os cortes na educação, defenderam a aplicação dos 10% do PIB, o Prouni e Fies. O PSOL falou contra os cortes do atual governo e defendeu uma reforma fiscal “mais justa, taxando as grandes fortunas”. O MRT defendeu de maneira abstrata o socialismo e as assembleias estudantis. O PSTU compareceu constrangido no Congresso, depois de frustrado da fundação de um movimento estudantil fora da UNE, a ANEL. Essa corrente defendeu, como alternativa ao governo de Bolsonaro, um governo socialista apoiado em conselhos populares. As correntes da oposição burguesa, PDT e PSB, seguiram o PCdoB, corrente majoritária, defendendo também a política de financiamento estudantil.

Como o Congresso praticamente não teve debate, a única e pequena polêmica foi a denúncia das correntes de oposição contra o PCdoB, que apoiou a candidatura de Rodrigo Maia,

para a presidência da Câmara de Deputados.

No Congresso despolitizado, cada corrente arregimentava seus “militantes” com baterias e megafones, não permitindo que conversassem com militantes de outras correntes. Praticamente todas as correntes imprimiram uma espécie de disputa semelhante às feitas pelas torcidas organizadas, provocando umas as outras. Os espaços do ginásio foram divididos em reunião anterior, ficando o centro para a UJS, e as arquibancadas para as demais correntes. Formato esse que retratava perfeitamente o corporativismo. O burocratismo e cerceamento eram tão grandes que, por mais de uma vez, tentaram expulsar os militantes do POR do interior do estádio. Os burocratas armaram uma vigilância para evitar que as bases tivessem acesso às teses do POR, e se aproximassem para discutir.

O POR, apesar de não ter conseguido atuar com delegados, interveio distribuindo seu manifesto e sua tese. Realizou um trabalho de propaganda, mostrando a importância de construir uma direção revolucionária no interior da juventude e do mo-



vimento estudantil. O predomínio esmagador do reformismo e nacionalismo, expressos na aliança do PCdoB e PT, refletiu o alto grau de estatização da UNE e o baixo nível de consciência de classe dos estudantes. O centrismo, representado pelo PSOL, por meio de várias correntes internas, se mostrou incapaz de enfrentar o nacional-reformismo do estalinista PCdoB, e do petismo aburguesado. As demais correntes do centrismo não conseguiram se apresentar de forma independente, e acabaram se arrastando por detrás do PSOL. As teses do POR e seu manifesto se distinguiram por expressar o programa proletário para a educação, por rechaçar a política educacional do reformismo, por caracterizar o governo ditatorial, antinacional e antipopular de Bolsonaro, por responder aos seus ataques à educação e às condições de vida da maioria oprimida, e por desenvolver a estratégia da revolução proletária, do governo operário e camponês, bem como, defender a constituição de uma frente única anti-imperialista. Neste número do jornal Massas, publicamos em seguida, o balanço, as considerações sobre as teses, a tese do POR e o Manifesto.

Balanço político do 57º Congresso Nacional da UNE

17 de julho de 2019

A direção eleita no 57º dará continuidade ao domínio do PCdoB, em aliança com o PT. A chapa vencedora, “Tsunami da Educação”, obteve 4.053 votos, 70,92% do total de 5.715. A segunda mais votada, com 1.228 votos, 21,49%, foi a “Oposição unificada para derrotar o governo Bolsonaro”. A terceira, Juventude Socialista Brasileira, PSB, obteve 234 votos, 4,09%. A quarta, Juventude da Articulação de Esquerda, PT, teve 200 votos, 3,5%. Duas chapas retiraram suas candidaturas, para apoiar a chapa “Oposição unificada para derrotar o governo Bolsonaro”. Brancos e Nulos, 12 votos.

O resultado confirmou a hegemonia da política do nacional-reformismo pcdobista e petista. A chapa opositora mais forte reuniu várias tendências do PSOL, que apresentaram teses apenas para se diferenciarem formalmente. Nenhuma delas se opôs nos fundamentos e princípios às teses do PCdoB. De forma que a disputa pela direção se deu no campo do reformismo e do centrismo. A novidade foi que, neste Congresso, o PSTU resolveu participar. A Anel retornou ao seio da UNE, depois de se mostrar inviável como um aparato à parte. Sua tese – “Um grito de rebeldia” –, tudo indica, foi improvisada. O PSTU não fez sequer uma referência à sua volta. Retornou de cabeça baixa, sem poder realizar um balanço crítico da direção nacional-reformista, e reproduzir suas conhecidas críticas ao PT e PCdoB. Acabou apoiando a frente armada pelo PSOL, PCB e PCR.

É sintomático que a disputa se caracterizou pelas frentes amplas. A chapa “Tsunami da Educação” reuniu as correntes estudantis UJS (PCdoB), Socialismo Revolução, Kizomba, Quilombo, Enfrentamento e JPT (PT). E a oposição mais importante, chapa “Oposição unificada para derrotar o governo Bolsonaro”, resultou da frente de correntes do PSOL (Juntos, Rua, Afronte, Vamos à Luta), do PCB (UJC) e PCR (Correnteza).

É visível a fragmentação no campo do reformismo e do centrismo. O PSOL é constituído de uma colcha de retalhos. O PT abriga várias correntes. No tronco do estalinismo, se acham o PCdoB, PCB e PCR. No do trotskismo, POR, PSTU, MRT. O PSOL abriga várias correntes surgidas do estilhamento do tronco trotskista. O PT conserva correntes vindas do estalinismo, do trotskismo e do nacionalismo. A hegemonia do PCdoB e PT, que mantêm uma aliança duradoura, deita suas raízes na história da UNE, que nasceu do movimento nacionalista, e que dele se nutriu em toda sua existência. O velho estalinismo – hoje desfigurado e remodelado – desde sempre ocupou o lugar de ala esquerda do nacionalismo burguês e pequeno-burguês.

A reconstrução da UNE, depois de ter sido destruída pela ditadura militar, teve à sua cabeça as forças que participaram da frente burguesa pela volta da democracia. Realizou-se um amplo movimento pelo fim do intervencionismo nos sindicatos, e pelo direito à livre organização. O PT foi constituído e a CUT, formada. O vínculo do PT com os sindicatos e com os movimentos camponês e popular possibilitou que se potenciase como um partido eleitoral. Aglutinou em seu interior tendências de procedências diversas e, finalmente, consolidou-se como partido reformista. O PCdoB surgiu de uma cisão do PCB em 1962, rechaçando a tese da via pacífica e do eleitoralismo para o proletariado chegar ao poder. Acabou se lançando ao foquismo com a tentativa de montar a guerrilha do Araguaia. Duramente atingido pela repressão, o PCdoB se reorganiza no processo de democratização do País. Atacou a formação do PT, com o argumento de que se tratava de um partido reformista e não-comunista. Lutou contra a formação

da CUT, mantendo-se ao lado da velha burocracia pelega, na antiga CGT. Com a sua legalização, passou a aplicar a política eleitoral do PCB, que havia rechaçado nos anos de 1960. Abandonou as pretensões da revolução violenta, e agarrou-se ao parlamentarismo e ao governismo. A UNE lhe serviu de instrumento para o desenvolvimento dessa linha. A ascensão do PT ao poder do Estado favoreceu o PCdoB, que se alinhou em torno do reformismo. Aderiu à CUT por um período, rompendo para constituir seu próprio aparato – a CTB, em 2007. PCdoB e PT, no entanto, se mantiveram unidos no controle da UNE.

No governo petista, a UNE foi praticamente estatizada. A política educacional do reformismo serviu de alavanca ao vínculo estatizante da UNE. A partir do Estado, organizou-se uma campanha pelo Plano Nacional da Educação, que prometia elevar o orçamento da educação a 10% do PIB. A criação de universidades federais em regiões desguarnecidas, por meio do REUNI, de um lado, e do farto subsídio ao sistema privado de educação, por meio do PROUNI, FIES e cotas, de outro, favoreceram a política de arregimentação, pelo PCdoB e PT, da juventude de classe média pobre, principalmente. É nessa maré que se impulsionam os movimentos corporativistas de mulheres, negros, índios e LGTBs. Apoiando-se, inteiramente, na política governamental e na ação de seus parlamentares, a direção da UNE bloqueia o movimento estudantil. É transformada, assim, em um aparato de cúpula, burocrático e colaboracionista. Não deixa, porém, de controlar boa parte dos centros acadêmicos e DCEs. As migalhas do governo petista para a educação, sem dúvida, mantiveram a ilusão de uma ampla camada dos estudantes nas possibilidades do reformismo.

A direção da UNE foi tomada de surpresa com o gigantesco movimento da classe média de 2013, que inclusive serviu aos opositores do PT para acirrar o conflito com o seu governo. A reeleição de Dilma Rousseff se deu na situação de agravamento da crise econômica e política. Crise que se agravou com a Operação Lava Jato. Em 2015 e 2016, vieram as ocupações de escolas e universidades. Novamente, a UNE teve de intervir para conter a revolta estudantil. O golpe de Estado foi gestado por uma frente partidária do grande capital. A derrubada de Dilma Rousseff representou uma derrota do nacional-reformismo, e expressou sua incapacidade para criar um movimento de resistência de massa. PT, PCdoB e demais aliados se sujeitaram ao impeachment. A ditadura civil de Temer, no entanto, mal sobreviveu à crise econômica e política, que se manteve. A maioria oprimida entendeu perfeitamente a gravidade da reforma trabalhista, da terceirização e da reforma da Previdência que, finalmente, foi adiada. O movimento de abril de 2017, que culminou com a greve geral do dia 28, serviu à burocracia sindical e à aliança do PT, PCdoB, PSOL e setores do PSB e PDT, para iniciar a recuperação de terreno. A unidade burocrática que conduziu a greve geral acabou arrefecendo e bloqueando a continuidade do combate das massas ao governo Temer.

A eleição de Bolsonaro não alterou os fundamentos da crise econômica e política. Alterou, porém, o fato de ter sido eleito. A disputa em segundo turno com Haddad avivou as ilusões democráticas em uma importante parcela da população. Dessa vez, o PCdoB compareceu como aliado preferencial, ocupando o posto de candidato a vice-presidente. Toda a esquerda acabou chamando o voto no PT, em nome do combate ao fascismo, à exceção do POR. Bolsonaro não tinha como recorrer ao fascismo, mas tinha como recorrer ao militarismo, indicando a possibilidade de instituir um governo bonapartista. O

violento projeto de reforma da Previdência, o ataque à educação pública, e o seu plano de privatização assombraram e vêm assombrando a classe operária e aos demais explorados, bem como a juventude. Reconstituiu-se a frente burocrática das centrais, realizando o 1º de Maio unificado e a greve geral de 14 de junho. A UNE e sindicatos da educação, a maioria vinculada ao reformismo, aproveitaram o descontentamento de estudantes, professores, funcionários e burocracia da educação para impulsionar importantes manifestações de 15 e 30 de maio. O movimento esteve condicionado pelo jogo parlamentar em torno à reforma da Previdência. Mais uma vez, a burocracia sindical e os partidos da oposição reformista e nacionalista limitaram e esvaziaram a luta. A reforma da Previdência foi aprovada, em primeiro turno, sem que houvesse qualquer manifestação.

É nessas condições que se realizou o 57º Congresso da UNE. Distintamente dos congressos anteriores, sob os governos do PT, quando se tinha a discussão entre governistas e oposicionistas, o 57º reuniu, no mesmo terreno, oposicionistas ao governo de Bolsonaro. Essa característica também se destacou, em particular, no Congresso de 2017, ocorrido sob o governo Temer. Nesse Congresso, a linha majoritária aprovada foi a de campanha pelas “Diretas Já”, prevendo a disputa eleitoral de 2018. Agora, a linha se concentrou em torno da defesa da democracia e na constituição de uma frente ampla democrática de oposição ao governo. É o que pleiteiam as teses do PCdoB e do PT. O que resulta em manter a luta de classes nos marcos do funcionamento parlamentar, condicionar as reivindicações dos explorados à ação da oposição reformista no Congresso Nacional, e fortalecer os objetivos eleitorais. A UNE é utilizada, assim, como um dos instrumentos para levantar os reformistas enfraquecidos pelo golpe de Estado. A bandeira de “Fora Bolsonaro” está carregada desse conteúdo. Nem de longe se pretende utilizá-la para impulsionar o movimento estudantil a confluir com o movimento da classe operária para se chocar com o governo e com o Estado burguês.

Está aí por que a discussão crítica em torno da atitude das direções sindicais e da UNE, na luta contra a reforma da Previdência, não foi consequente. A manifestação de 12 de julho, em Brasília, significou o enterro do movimento. A Câmara de Deputados havia acabado de aprovar, no primeiro turno, o projeto do governo recauchutado pela Comissão Especial. Tudo se passou no mais tranquilo ambiente, qualificado de democrático por Rodrigo Maia. A greve geral de 14 de junho foi limitada pela condução das centrais sindicais. As manifestações de 15 e 30 de maio se circunscreveram a estudantes, professores e funcionários, que responderam aos cortes de verbas à educação. A burocracia sindical, assim como a direção burocrática da UNE, aguardou em seus gabinetes a discussão entre governistas e oposicionistas, sabendo por antecedência que a derrota estava dada.

As correntes opositoras de esquerda à direção da UNE, que acabaram se aglutinando em torno da chapa “Oposição unificada para derrotar o governo Bolsonaro”, restringiram suas críticas ao fato do PCdoB ter apoiado Rodrigo Maia para presidente da Câmara de Deputados. Não se condenou a participação da oposição no trâmite das emendas, que acabaram servindo ao relatório do peesbedista Samuel Moreira. Não poderiam, portanto, caracterizar a política das centrais, de submeter o movimento à decisão do Congresso Nacional, como traição. Sem essa caracterização clara e severa, qualquer que seja a crítica à direção conclui em adaptação e capitulação. Ocorre que os parlamentares do PSOL também intervieram na mesma linha do PT, de apresentar emendas ao projeto. É bom frisar que a chapa “Juventude Socialista Brasileira”, organizada pelo PSB, e apoiada pelo PDT,

ocultou a responsabilidade desses partidos de terem contribuído com 19 votos a favor da reforma da Previdência, bem como a defesa reacionária da deputada Tábata Amaral de que era uma reforma necessária para o País. Esses partidos burgueses de oposição teriam de ser expulsos do Congresso. Sem dúvida, a questão Previdência deveria ser o centro de discussão programática e tática do Congresso.

Os ataques de Bolsonaro à educação, evidentemente, estiveram no centro das formulações e respostas do Congresso. O que foi correto quanto à necessidade da luta operária e estudantil. Deveria, obrigatoriamente, estar ligada à crítica e rejeição da política de conciliação de classes que, como vimos, foi fatal ao movimento de derrubada da reforma da Previdência. É compreensível que se discutisse a ruptura da política educacional iniciada na ditadura civil de Temer e impulsionada pelo governo militarista de Bolsonaro. De uma diretriz reformista, se passa a uma ultraliberal – protecionismo do capital financeiro levado às últimas consequências. Sob os governos petistas, se colocou o aumento gradativo de verbas para a educação, previsto pelo PNE. Concretamente, pouco avançou em relação à meta de 10% do PIB. Temer e Bolsonaro, valendo-se da PEC do Teto (Emenda Constitucional 95), promovem a regressão, com os cortes de verbas. Uma coisa é reconhecer a diferença para ajustar a tática de combate ao governo; outra, bem diferente, é a de reconhecê-la para defender o reformismo, como fazem as teses do PCdoB e PT. Os reformistas consideram um grande progresso o PROUNI, REUNI, FIES e cotas. Isso por que permitiu o aumento do acesso de jovens de baixa renda ao ensino superior. Em particular, as cotas favoreceram os mais pobres de todos, que são os negros. De fato, os dados comprovam essa informação. O problema está em que esse acesso foi de uma pequena camada, cuja maioria é da classe média pobre. Esse acesso esteve de acordo com os interesses dos empresários da educação e das universidades controladas pelas igrejas, que usaram o PROUNI e o FIES como meio de obter subsídios do Estado. Não se constata o avanço do ensino público em detrimento do privado. O contrário é verdadeiro. Uma enorme quantidade de estudantes, que se utilizou do FIES, se acha inadimplente, ao ponto da UNE pedir “perdão” da dívida. A diretriz dos reformistas também auxiliou a implantação do ensino a distância. O mérito da expansão das universidades federais e dos Institutos Federais (IFEs) ficou comprometido pela condição precária de sustentabilidade. A rede privada adentrou a um processo de monopolização e desnacionalização. Sem a análise da totalidade da política reformista para a educação, escondem-se as contradições, que têm em sua base o regime de exploração do trabalho e as condições de baixo crescimento econômico do País, que resulta em uma elevada taxa de desemprego e subemprego da juventude. Disso derivam posições utópicas e reacionárias. É o caso da defesa da democratização gradual do acesso ao ensino superior e da regulamentação do ensino privado. De um lado, se opõem à luta ao acesso universal; de outro, sustentam a coexistência entre o ensino público e privado. Dessa formulação reformista, decorreram o PROUNI e o FIES. Em particular, quanto às cotas, criou-se uma expectativa e uma ilusão demagógica de que se estava combatendo a discriminação racial e cumprindo um programa de “reparação histórica”.

As teses oposicionistas de esquerda, que criticam o reformismo e a política de conciliação de classes, evitaram colocar as divergências, não fazendo um balanço preciso da política educacional dos governos petistas. Fazem a defesa das cotas, e se omitem quanto ao PROUNI. Quanto ao FIES, o máximo a que chegam é o pedido de “perdão” da dívida. Essa conduta oportunista é compreensível. As correntes que se uniram em torno da chapa “Oposição unificada para derrotar

o governo Bolsonaro” e as correntes que lhe deram apoio crítico, a exemplo do PSTU, nunca combateram o programa que deu origem ao PROUNI, FIES e cotas.

O 57º Congresso concluiu aprovando a orientação reformista para a educação. Nisso reside a incapacidade da direção continuísta de combater a nova diretriz ultraliberal de Bolsonaro. A oposição, por sua vez, mantém-se na sombra do reformismo como sua ala esquerda. Não terá como desenvolver uma política de independência do movimento estudantil diante do Estado e da democracia burguesa. Não terá como defender e trabalhar pela confluência da juventude oprimida estudantil com a luta do proletariado. A derrota da política ultraliberal de Bolsonaro somente é possível sob o programa proletário para a educação, e por meio da luta de classes, em que o movimento estudantil venha a expressar a estratégia revolucionária.

Limitamos o balanço a esses aspectos porque foram os que mais se sobressaltaram, segundo o que pudemos vivenciar nas discussões de plenário. A situação política concreta determinou que assim fosse. Outros pontos, como a luta anti-imperialista contra as privatizações e a desnacionalização e, em particular, a questão das opressões, tiveram também relevância. Bolsonaro anunciou que está pronto o seu plano de ampla privatização, que, se levado a cabo, completará o processo de entreguismo total do patrimônio público e da riqueza nacional. Tudo deverá ser feito para sustentar a gigantesca dívida pública e a brutal carga de juros.

O 57º Congresso, sob o controle do reformismo, não poderia se colocar à altura da tarefa de constituir uma frente única anti-imperialista. Ao contrário, a proposição da frente ampla e democrática implica a sujeição à dívida pública, e a ampliação do processo de desnacionalização. Não se tem como colocar limites à ofensiva do imperialismo por meio da democracia burguesa e da política reformista. Tanto as teses do PCdoB e PT, quanto às da oposição de esquerda, falam em soberania e em desenvolvimento independente do País, mas se negam a enfrentar a discussão sobre o programa, as tarefas, a tática e a organização para combater a submissão da burguesia nacional às potências imperialistas. Nesse ponto, cabia também um balanço do governo do PT, que se curvou diante do capital financeiro, que desenvolveu uma política condicionada pela dívida pública, e que não foi além de medidas limitadas, como a do critério de “conteúdo nacional” para as multinacionais.

Sobre as opressões, se repetiram os lugares comuns, de que as ações afirmativas e reparatórias foram um progresso durante os governos petistas, e que agora estão ameaçadas pelo governo Bolsonaro. O reformismo foi pródigo em estabelecer leis contra a discriminação da mulher, negros, homossexuais e índios. No entanto, não teve como dar um passo sequer na superação das opressões. Isso por que, nos marcos do capitalismo, tais manifestações tendem a se potenciar. O capitalismo da época imperialista de decomposição é de barbárie e de retrocesso civilizatório. Os reformistas, ao negarem que as referidas opressões são de classe, e ao procurarem uma causa específica para cada caso, se afastam e se contrapõem ao programa proletário de combate a toda forma de opressão.

O Congresso da UNE, com mais de dez mil participantes – que se mostraram amarrados pelo aparelhismo, pelo burocratismo, pela arregimentação, pela hegemonia do reformismo, pelo divisionismo das esquerdas centristas, pela despolitização e pelas festividades, e que, assim, não estiveram à altura de se colocar diante das condições objetivas de desintegração do capitalismo e avanço da barbárie – ex-

pressou a profunda crise de direção revolucionária.

Um balanço rigoroso é obrigatório para a vanguarda proletária estudantil responder a essa difícil situação. Não pode haver dúvida de que as múltiplas formas do reformismo burguês e pequeno-burguês, bem como do oportunismo centrista, constituem um sério obstáculo à luta pela construção da direção revolucionária no seio da juventude e do movimento estudantil.

O POR não se exime da responsabilidade quanto à fraqueza organizativa, que expressa o desenvolvimento de seus quadros. O fato de não eleger delegados indicou a falta de compreensão da importância do Congresso da UNE, em uma situação em que as tendências de luta dos explorados e da juventude se fortalecem. Essa autocrítica foi realizada. Temos o dever de expressá-la. Reconhecido o erro, estudamos todas as teses, redigimos nossas teses, publicamos um manifesto ao Congresso e participamos ativamente. O POR se distingue pela defesa do programa proletário para a educação e pelo combate sem atenuantes ao reformismo e ao centrismo.



Ato do dia 12 de julho, contra a Reforma da Pervidência

Chamamos a militância a ler e estudar criticamente este balanço, tendo por objetivo constituir a direção revolucionária.

UNIR O MOVIMENTO ESTUDANTIL AO MOVIMENTO DA CLASSE OPERÁRIA E DOS DEMAIS OPRIMIDOS CONTRA AS REFORMAS ANTINACIONAIS E ANTIPOPULARES DA BURGUESIA, DE BOLSONARO E DO CONGRESSO NACIONAL!

PÔR EM PÉ UMA FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA, SOB A DIREÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA, PARA ENFRENTAR A GUERRA COMERCIAL DAS POTÊNCIAS, A OPRESSÃO SOFRIDA PELO PAÍS SEMICOLONIAL, O DOMÍNIO DO CAPITAL FINANCEIRO E DOS MONOPÓLIOS, E O PLANO DE PRIVATIZAÇÕES DE BOLSONARO!

DEFENDER O SISTEMA ÚNICO DE EDUCAÇÃO, PÚBLICO, CONTROLADO POR QUEM ESTUDA E TRABALHA, E VINCULADO À PRODUÇÃO SOCIAL! ESTATIZAÇÃO, SEM INDENIZAÇÃO DO SISTEMA PRIVADO E CONFSSIONAL DE ENSINO. COMBATER NAS RUAS A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS, O ENSINO RELIGIOSO E DERROTAR A “ESCOLA SEM PARTIDO”!

LUTAR PELO EMPREGO A TODOS JOVENS, POR MEIO DA BANDEIRA “NENHUM JOVEM FORA DO TRABALHO E DOS ESTUDOS”. COMPATIBILIZAR A JORNADA DE TRABALHO COM OS ESTUDOS!

ORGANIZAR A LUTA ESTUDANTIL NO CAMPO DA INDEPENDÊNCIA DE CLASSE, E DESENVOLVER O PROGRAMA PARA A EDUCAÇÃO SOB A ESTRATÉGIA DE PODER DA CLASSE OPERÁRIA, QUE É A DA LUTA PELO GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS!

TODA FORÇA ÀS MANIFESTAÇÕES DE 13 DE AGOSTO! CONVOCAR AS ASSEMBLEIAS. FORMAR OS COMITÊS DE BASE. GANHAR AS RUAS!

Considerações sobre as Teses da UNE

Oficialmente, foram publicadas 18 Teses. O POR não pôde registrar suas Teses pelo fato de não ter participado da eleição de delegados e por não ter se organizado para cumprir a exigência de 50 assinantes. No balanço, publicado neste número do Massas, faz a autocrítica. O fundamental é que perdemos a possibilidade de fazer chegar a milhares de estudantes, entre eles mais de oito mil delegados, uma posição programática distintiva e oposta às demais formulações. Superamos parte do erro intervindo no Congresso, divulgando as Teses e um Manifesto. Também publicados nesta edição do jornal Massas.

As 18 Teses se distribuem da seguinte maneira: PCdoB-UJS; PT (6 Teses); PSOL (4 Teses); PCB; PPL; PCR; PDT; PSTU, MRT e Instituto de Arte. A maioria tem pouca relevância, inclusive a do PSTU (“Um Grito de Rebelião”) e do MRT (“São eles ou nós: que os capitalistas paguem pela crise”), devido à superficialidade e à ausência de formulações programáticas. Destacamos como as mais importantes: PCdoB (“Canto de Esperança”); PT (“Ousar criar resistência popular”, do Coletivo Quilombo), PCB (“Unidade para resistir, ousadia para avançar”); PSOL (“Juventude Sem Medo”). Acreditamos que essas Teses abrangem a estratégia, a análise da situação política, as principais questões da educação e a organização do movimento estudantil. Em nosso Balanço, expusemos a essência do resultado do Congresso. Aqui, enfrentaremos alguns pontos programáticos e de concepção.

Teses da União da Juventude Socialista (UJS) - PCdoB

É conveniente tomar por base as Teses do PCdoB, por serem mais completas e representarem a linha da direção. Está dividida nas seguintes partes e ordem: apresentação, educação, nacional, jornadas e opressões. Embora a parte nacional condicione os demais pontos, vem em seguida à educação. Talvez siga a mentalidade fatalista de que, por ser um congresso estudantil, deva tratar primeiramente da educação. Observamos que o motivo não é didático, uma vez que os temas e aspectos não são encadeados pela exposição analítica. O formato mecânico das ideias e dos postulados reflete a orientação política geral. Notamos que não se assentam na teoria econômica, histórica e da luta de classes marxistas. Eis por que seguiremos o percurso das Teses do PCdoB. Certamente há teses, como a do PCB e Levante, que seguem outro caminho, mas que padecem do mesmo mal. Indicam que não se trata apenas da ordem de exposição. Temos consciência disso. A análise concreta evidenciará o essencial de nossa crítica.

O ponto sobre o Brasil se caracteriza pela tese nacionalista e reformista das transformações. A generalidade conceitual e a ausência da análise permitem ao PCdoB ocultar as classes e, portanto, a luta de classes. Não existe proletariado, burguesia e pequena-burguesia. Não deparamos com nenhuma dessas categorias fundamentais para o marxismo. Como tem de caracterizar o governo Bolsonaro, refere-se a “interesses do rentismo”. Sabemos que o rentismo é uma qualidade do capital financeiro, que define uma das frações da burguesia. Ao formular a política frentista, defende a “unidade dos movimentos sociais e de todos os setores progressistas”. O conceito de “setores progressistas” é utilizado como abstração do caráter de classe. As Teses não revelam que setores são, e como manifestam concretamente a supos-

ta progressividade. O estalinismo, historicamente, insistiu muito na premissa de que a fração industrial da burguesia era progressista, porque se opunha à fração latifundiária e financeira. Não apenas era uma aliada na luta anti-imperialista, como teria um papel estratégico na conquista da independência do País. Assim, seria aliada da classe operária, e comporia uma frente democrática e anti-imperialista. Esse postulado levaria o PCB a praticar a colaboração de classes, renunciar à estratégia própria de poder e a trair as aspirações mais elementares dos explorados. Surgido do fracionamento do estalinismo, o PCdoB conserva suas velhas posições, mesmo depois de a realidade econômica e histórica as terem reprovado. Nesse mesmo sentido, formula a tese do primado dos “interesses nacionais” sobre os “internacionais”. No passado, o PCB concebia essa façanha por meio de uma “revolução democrática”, que seria uma etapa para o futuro socialismo. Por ser a primeira etapa das transformações, a burguesia conservaria o poder, o proletariado e o campesinato seriam seus aliados. As Teses do PCdoB são pródigas em advogar um “projeto nacional”, para se alcançar um “desenvolvimento soberano”. São dois conceitos que sustentam as teses nacionalistas, também desautorizadas pela realidade. A burguesia nacional se tornou mais e mais dependente do imperialismo e se caracteriza por ser uma classe antinacional. O setor industrial, considerado pelo estalinismo como progressista, debandou para as posições mais entreguistas. Certamente, de conjunto, se vê obrigada a proteger seus interesses particulares e mesquinhos diante do domínio imperialista, mas que não coincidem com as necessidades das massas, e não expressam o “desenvolvimento soberano”. Nesse exato momento, a burguesia sustenta o governo mais pró-imperialista da história republicana. Para parir esse governo, derrubou o governo constitucional do PT por meio de um golpe de Estado. Qual foi a fração da burguesia nacional que se dispôs a convocar os explorados contra o golpe? A covardia dos partidos que conservam a caricatura do nacionalismo, como o PSB e PDT, foi assombrosa. O reformismo foi apeado do poder sem que insurgissem os tais “progressistas”.

Algumas formulações merecem destaque. Eis: “Acreditamos no potencial do povo brasileiro. Sabemos que o nosso país é um sonho ainda não realizado que ao longo dos séculos tem sido explorado por setores internacionais e impedido de prosperar”. (...) “É mais importante que nunca defender as riquezas naturais e o nosso patrimônio colocando-os a serviço do desenvolvimento soberano, da preservação do meio ambiental e do papel estratégico que o Brasil joga na manutenção da paz”. Essa forma romântica e sentimental, de que existe um sonho a ser alcançado no futuro, é típico da pequena burguesia impotente diante da burguesia nacional entreguista e do imperialismo. As Teses do PCdoB tratam a juventude oprimida como uma massa sonhadora, quando, na realidade, se encontra dilacerada pelo capitalismo em desintegração, e seu contingente mais avançado controlado pela política reformista. O próprio Congresso despolitizado e festivo da UNE retrata essa constatação. A política do reformismo se caracteriza pela arregimentação das massas, desenvolvendo a ilusão de que é possível vencer o imperialismo com a bandeira da paz. Nesse sentido, se utiliza das questões educacionais, das opressões, do meio ambiente e da violência em geral, para manter a juventude por detrás do

sonho de que é possível realizar transformações pela via do parlamento e das alianças com os denominados “setores progressistas”. Essa linha democratizante e pacifista está em completo desacordo com a situação objetiva. O imperialismo acossa o mundo todo com a guerra comercial, potencia as tendências bélicas, e descarrega a crise sobre os explorados em toda a parte. As contrarreformas de Temer e Bolsonaro são imposições ditatoriais, embora estejam revestidas de decisões parlamentares. O Estado burguês não precisou de muita violência contra os explorados, porque a política democratizante e reformista da burocracia sindical e da oposição partidária amorteceu a luta de classes. É o que se passou com o desmonte da greve geral 28 de abril de 2017 e, agora, com a de 14 de junho. De fato, é sonhada e contrarrevolucionária a mentalidade pacifista e a adaptação dos reformistas à democracia oligárquica.

É necessária, ainda, uma consideração sobre as imposturas do PCdoB quanto à educação. O chamado à juventude para que não perca a “esperança” diante das dificuldades criadas pelo governo de Bolsonaro se baseia na falsa afirmação de que “a educação tem o potencial de transformar a realidade e contribuir para que nosso povo realize plenamente o seu potencial”. É inconfundivelmente burguesa a fórmula de “mudar o Brasil através da educação”. O velho nacionalismo comparece na bandeira da educação como central para a “construção de um projeto de país soberano e democrático”. Ao mesmo tempo em que idealiza uma capacidade transformadora que a escola em si mesma não tem, as Teses se conformam com a coexistência do ensino público e privado, em outras palavras, admitem a mercantilização da educação. E não dizem uma só palavra sobre a ascendência da religião sobre o sistema de ensino. A escola somente cumprirá um papel transformador no processo de construção do socialismo. No capitalismo, sempre reproduzirá os interesses da burguesia e sua ideologia dominante. Em um país semicolonial, como o Brasil, sempre refletirá a ascendência do capital imperialista sobre a economia e a política nacional. É conhecido e muito discutido o estado precário do sistema educacional que serve às massas. A burguesia e a classe média alta têm um aparato próprio de ensino, que são as escolas particulares. Os reformistas impostores abstraem o caráter de classe da escola. A educação como uma força voltada à independência e soberania nacionais é impossível, nos marcos do capitalismo semicolonial. Ao contrário, age como parte das forças conservadoras e contrarrevolucionárias. A escola, para assumir seu caráter transformador, precisa ser transformada. A transformação da escola depende da abolição da propriedade privada dos meios de produção, e sua transformação em propriedade social. Essa dialética transformadora se encontra nos fundamentos do programa da revolução proletária. Os reformistas e nacionalistas estão obrigados a embelezar a escola burguesa, decadente e em decomposição, porque são agentes da manutenção do capitalismo e, como tal, impostores diante da tarefa democrática de conquistar a independência nacional.

Teses das correntes internas do PT

Como dissemos, o PT apresentou várias teses. A do Coletivo Quilombo – “Ousar criar resistência popular” – é a que melhor

representa a linha oficialista do reformismo. Faz a defesa integral da política e dos governos petistas. As Teses “*É na luta que a gente se encontra*”, da Democracia Socialista (DS), corrente interna proveniente do Secretariado Unificado (SU) mandelista, evita qualquer crítica ao PT. Não há, portanto, distinção alguma. O mesmo se pode dizer das Teses “*É pra luta que eu vou*”, da Juventude PT, que apenas menciona genericamente os “erros do campo progressista”. A Articulação de Esquerda, em suas Teses “*Une pra tempo de guerra*”, avalia que com a eleição de Bolsonaro houve “uma derrota estratégica da esquerda brasileira”. Responsabiliza a direção majoritária do PT, por ter praticado a “*conciliação de classes*”. Conclui que é necessária a construção de uma “*nova estratégia democrática, popular e socialista*”; “*um novo projeto de poder das classes trabalhadoras, articulado com a luta pelo socialismo*”. As Teses da Consulta Popular – “*Em cada universidade nosso canto de resistência*” – repete a crítica da Articulação de Esquerda. Afirma que o conjunto de derrotas ocorridas desde 2015 se deve à “*derrota da estratégia hegemônica na esquerda brasileira liderada pelo PT*”. A falta de uma estratégia de poder levou o governo petista a se concentrar em “*políticas públicas*” e não realizar “*reformas estruturais*”, de maneira que “*secundarizou a organização popular*”. É preciso esclarecer que a denominada “*esquerda brasileira*” deve ser restringida ao campo do nacional-reformismo.

A hipocrisia e o oportunismo das correntes internas do PT, opositoras à sua direção majoritária (Articulação), são visíveis.

Sonegam o caráter reformista do programa do PT, e o conteúdo de classe burguês dos seus governos. A política de conciliação de classes é própria do reformismo. A denominada organização popular não passa de arregimentação eleitoral e corporativismo dos movimentos. A estratégia “*democrática, popular e socialista*” serviu ao PT para enganar os explorados, com o pressuposto de que é possível promover reformas em favor das massas e da economia nacional, sob o capitalismo em decomposição. A palavra “*socialista*” é um penduricalho, usado como enfeite pelos oportunistas. Todas as teses reivindicam o caráter “*popular*” – expresso nestes termos pela Juventude Articulação de Esquerda – dos governos de Lula e Dilma. O problema de todos está em recuperar a capacidade eleitoral e parlamentar do PT e da oposição. A defesa da “*democracia*” como estratégia conclui na defesa do Estado burguês, embora, em sua inconsequência, evitem tratar o caráter de classe da democracia, e sua relação com o Estado como órgão de dominação da minoria exploradora sobre a maioria explorada. É lógico que todos desemboquem na mesma trincheira tática da frente democrática e popular, cuja função é a de manter o aparato eleitoral do reformismo, e ludibriar os oprimidos com suas supostas virtudes populares. Para isso, servem a Frente Brasil Popular e a sua variante, Frente Povo Sem Medo. A influência do velho estalinismo e do nacionalismo está claramente refletida na orientação do PT. O proletariado desaparece sob o manto do “*popular*”. A luta de classes é substituída pelo “*democrático*”. A revolução proletária se tornou um ideal do passado. A independência e a soberania nacionais não resultarão da luta pelo poder, tendo o proletariado como classe revolucionária, mas de um indefinido movimento popular, embalado em uma “*frente ampla, democrática e popular, hegemônica pelo campo democrático* e

popular”, segundo a formulação das Teses da Consulta Popular. Neste tipo de orientação, se encontram versões estalinistas do castrismo e do maoísmo. As cisões pregressas do campo estalinista se presentificam pelo caminho tortuoso das disputas no terreno do reformismo.

As Teses para a UNE permitem verificar os impasses do reformismo, após as experiências governamentais do PT, o apodrecimento na corrupção, o golpe de Estado, e a incapacidade de enfrentar a ofensiva ditatorial da burguesia. A manutenção da aliança do PT com o PCdoB no comando da UNE corresponde ao objetivo dos reformistas de recuperar o terreno perdido.

Teses da Juventude Sem Medo (PSOL)

As Teses “Juventude Sem Medo”, que reúnem várias tendências do PSOL, declaram: *“Nosso compromisso é a defesa das liberdades democráticas, dos direitos do povo trabalhador, da soberania nacional e da construção de uma alternativa política anticapitalista para o país”*. Referem-se à defesa de um *“novo projeto de esquerda no Brasil”*. Nesse sentido, constata-se que não foi alcançada *“a soberania plena frente às potências imperialistas”*. E que, por isso, *“hoje novamente somos reféns de seus interesses”*. Diante da *“política nefascista”* do governo Bolsonaro, *“o desafio mais urgente do atual momento é a organização de uma luta unitária entre todos os setores democráticos e progressistas em torno da defesa da liberdade de organização política, expressão e mobilização”*. Concluem que o *“Brasil precisa de um outro projeto de desenvolvimento. De uma política econômica que defenda os interesses de nosso povo (...)”*. Propõem como saída para a crise econômica uma *“reforma tributária, progressiva, taxaço das grandes fortunas, cobrança das empresas devedoras da Previdência, nenhum perdão das dívidas das grandes multinacionais e fim dos privilégios dos três poderes e dos militares”*.

Essas formulações não se distinguem, no fundamental, da linha nacional-reformista do PCdoB. O fato de se colocarem por uma *“política anticapitalista”* não é contraditório com essa afirmação. Sob tal conceito geral, podem-se abrigar reformistas e centristas. O postulado da soberania nacional, sem a devida estratégia de poder, resulta na defesa de um governo democrático burguês reformista. Isso explica a tática da unidade *“entre todos os setores democráticos e progressistas”* em torno da *“defesa da democracia”*. As Teses, portanto, defendem tão somente uma mudança de governo pela via eleitoral. Se as correntes do PSOL, que se abrigam sob as Teses “Juventude Sem Medo”, fossem consequentes, chegariam à fórmula antiga do estalinismo – recuperada pelo PT – de governo democrático-popular. Esse tipo de governo pequeno-burguês de esquerda teria por finalidade substituir a política pró-imperialista de Bolsonaro por um *“projeto de desenvolvimento”* de interesse do povo. A noção de *“projeto de desenvolvimento”* é extraída do arsenal teórico do nacionalismo burguês. É lícito lembrar que os parlamentares do PSOL participaram das discussões sobre a reforma da Previdência na Câmara de Deputados, apresentando uma resposta alternativa à crise fiscal, propondo a reforma tributária progressiva, etc. É visível a identidade entre a tática elaborada nas Teses do PCdoB e a tática do PSOL. Baseiam-se na mesma fórmula de unidade dos setores progressistas, deixando de lado o seu caráter de classe.

Sob o rótulo *“A educação é nossa arma”*, a confluência das Teses “Juventude Sem Medo” com as do PCdoB é flagrante.

Reivindicam a política educacional que preserva a coexistência entre o ensino público e o privado. A bandeira de democratização do ensino superior se resume à política de cotas sociais e raciais, e de acesso e permanência estudantil. Também pleiteia a *“regulamentação do ensino privado”*, renegociação e perdão das dívidas. A resposta às opressões é exatamente igual à das Teses do PCdoB.

Teses Unidade para Resistir, Ousadia para Avançar (PCB)

As Teses “Unidade para Resistir, Ousadia para Avançar”, do PCB, em grande parte, são descritivas sobre a crise econômica, as suas consequências negativas, a política privatizante de Bolsonaro, o caráter pró-imperialista do governo, o retrocesso na educação, etc. Elogiam a UNE pelo seu caráter de representação dos estudantes, para mostrar que tem *“capacidade de envolver todos os estudantes em torno de um projeto radicalmente popular”*. Levantam como tarefa a realização de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora e dos Movimentos Sociais, para organizar a resistência e avançar a contraofensiva, *“construindo o poder popular no rumo do socialismo”*. Aqui está expressa a estratégia do PCB, que é a de criação de um *“poder popular”*.

As Teses não expõem o seu conteúdo de classe, uma vez que *“classe trabalhadora”* inclui não só o proletariado como a pequena burguesia. O apego ao conceito genérico *“popular”*, repetimos, é usado pelo estalinismo e nacionalismo burguês. As Teses o aplicam no ponto referente ao ensino. Levantam como bandeira a *“Educação e Universidade Popular”* em contraposição à *“política antinacional e antipopular”* de Bolsonaro. O PCB não vê problema na coexistência do sistema público e privado. Reclama que o *“projeto de educação”* do governo *“é de uma educação cem por cento privada”*, no entanto, não levanta a bandeira da educação cem por cento pública, estatizando-se a rede privada. As Teses fazem apologia da educação como *“estratégia para um desenvolvimento nacional independente e soberano, que afaste o Brasil da dependência da pesquisa e tecnologia estrangeiras”*. A sua *“Educação e Universidade Popular”* viram pó, quando defende a *“manutenção dos programas do ProUni e Fies”* do governo petista, bem como, a *“regulamentação da modalidade do ensino a distância”*. Como se vê, a bandeira de uma *“educação popular”* não ameaça em nada o sistema privado, mais mercantilizado e mais monopolizado. O conteúdo nacionalista da *“universidade popular”*, voltado à *“defesa da soberania nacional”*, inclui os empresários da educação. Está claro que não se diferenciam, no fundamental, das formulações das Teses do PCdoB.

Últimas considerações

Apesar de não terem tido importância nas discussões e disputas entre as tendências no Congresso da UNE, é conveniente comentar as Teses *“Um grito de rebeldia”*, do PSTU, e *“São eles ou nós: que os capitalistas paguem pela crise”*, do MRT. São duas correntes revisionistas do trotskismo, pertencentes ao mesmo tronco do morenismo. Referimo-nos, anteriormente, à superficialidade de suas formulações. O que as impossibilitaram de se diferenciarem do reformismo estalinista e petista. Estiveram confundidas em questões como as da opressão e educação. Expressando o campo do centrismo, não tiveram como combater o reformismo, tomando por base as experiências governamentais

e do movimento estudantil.

As Teses do MRT se distanciam e se chocam frontalmente com a posição marxista sobre a opressão da mulher. Eis: “*Nos negam o direito ao nosso corpo e sexualidade, oprimem nossa identidade de raça e gênero*”. Não há, portanto, nem sombra da opressão de classe, da exploração do trabalho e da ditadura de classe da minoria sobre a maioria. As Teses do reformismo estão repletas desse tipo de deformação, que não admitem que a opressão sobre a mulher, negro, etc. é de classe. É cômodo, por sua vez, a generalização e o palavreado, como: “*Nosso desafio histórico é lutar por um outro projeto de sociedade livre da opressão e exploração*”. Os petistas mais à esquerda falam o mesmo. É uma fórmula maleável para se militar no seio da pequena-burguesia. Noções como “*projeto de sociedade*” podem muito bem servir à bandeira democratizante de “*Assembleia Constituinte Livre e Soberana*”, como consta nas Teses do MRT.

As Teses da Anel são tão lacônicas que deixam as ideias soltas umas às outras. A bandeira “*contra qualquer forma de opressão, chega de machismo, racismo e LGBTFOBLIA*” é comum a todos os reformistas, como dissemos. Aparentemente, tem mais vantagem em relação ao MRT quanto à formulação “*Por um governo socialista formado por conselhos populares*”. “*Governo Socialista*” é tentador, mas, sem definição proletária, cai na vala comum do revolucionarismo pequeno-burguês, ajustado ao centrismo. É certo que as Teses pressupõem “*um poder dos trabalhadores*”, “*um governo apoiado em conselhos populares que derrube o sistema capitalista e construa o socialismo*”. A questão da estratégia e da tática esteve no centro das principais teses dos reformistas. Estiveram sob a bandeira de governo democrático e popular, embora se apresentassem em distintas correntes. Por que não definir o caráter de classe e da aliança necessária do “*governo socialista*”? Os revisionistas do trotskismo não admitem a fórmula de governo operário e camponês, mas não se animam a desenvolver uma crítica. Por que não formular claramente a revolução proletária? Sabemos que o MRT nega terminante que a revolução proletária estabelecerá um governo operário e camponês. Essa discussão não foi menor no Congresso da UNE. Por que, então, não expor a estratégia da ditadura do proletariado? Também é bem palatável à pequena burguesia a fórmula dos conselhos populares e da derrubada do capitalismo. Era imprescindível que a decisão do PSTU de levar a Anel a se integrar a UNE fosse precedida de um balanço autocrítico. Se o fizesse, chegaria à conclusão de que a ruptura acabou sendo favorável ao fortalecimento das posições do PCdoB e PT no movimento estudantil.

Conclusão

A análise das dezoito teses demonstra que as posições se limitaram ao nacional-reformismo e ao centrismo. A predominância esmagadora do PCdoB e PT indica o quão profunda foi a influência dos governos petistas e do período de conciliação de classes sobre a pequena burguesia e a educação. O fato do centrismo ter se adaptado à política educacional que impulsionou o ProUni, Fies e cotas, e ao seu lado o Reuni, se tornou devedor do reformismo. O pressuposto de que o grande problema do ensino brasileiro se devia ao baixo orçamento, que deveria chegar a

10% do PIB, e de que era preciso democratizar o acesso ao ensino superior por meio de medidas como cotas, ProUni, Fies, não colidiu com os interesses empresariais do ensino privado, muito pelo contrário, o potencializou. As diferenças entre o reformismo e o centrismo foram colaterais, e não de essência.

É no quadro da política de colaboração de classes que se ergueram as organizações e movimentos corporativistas em torno às opressões, amplamente vinculados à política de Estado do petismo, das denominadas “*ações afirmativas*” e “*reparação histórica*”. Movimentos que se ampararam no feminismo burguês, projetado desde os Estados Unidos, apoiado por organismos do imperialismo, como a ONU, e alicerçado nas academias, por meio dos quais se forjaram pseudo teorias, como de gênero e machismo, contrapostas à concepção marxista de opressão de classe. Eis por que a pequena burguesia oprimida se convenceu da tese sobre a possibilidade de arrefecer progressivamente a discriminação e a violência de que padecem mulheres, negros, índios e homossexuais, apesar de que apenas uma minoria pôde se servir das “*políticas afirmativas*”, e apesar de que a violência em nenhum momento retrocedeu. O reformismo e o centrismo não se diferenciaram em nada sobre as formulações em torno às opressões.

É comum nas teses – algumas delas certamente são omissas – a referência entre a soberania nacional e a educação. Ao não ultrapassar os marcos do nacionalismo burguês, o reformismo se mostra impotente e demagógico. Via-de-regra, oculta a experiência com o próprio PT. As migalhas de seu reformismo foram o contrapeso de sua política servil ao grande capital nacional e internacional. Nas condições de crescimento econômico, puderam ser aturadas até mesmo pelo capital financeiro. O centrismo, por ter um pé no reformismo e outro no socialismo, acabou sendo arrastado pela desagregação do governo petista. Não se pode combater o reformismo sem ter claro que na época imperialista cumpre um papel contrarrevolucionário. Não é possível lutar pela emancipação das massas de sua influência sem desenvolver a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Nesse sentido, é indispensável ter claro que o 57º Congresso da UNE refletiu o predomínio das tendências reformistas, que obstaculizam a tarefa de organizar a juventude sob a política revolucionária do proletariado. A crise de direção se manifestou na UNE no momento em que a burguesia está em plena ofensiva contra a maioria oprimida, e abrindo caminho para a maior penetração imperialista no País, bem como, no momento em que as tendências de luta da classe operária e dos demais explorados se potencializam. Sob a política do reformismo e centrismo, o Congresso da UNE não foi capaz de analisar a traição ao movimento operário, camponês, classe média empobrecida e juventude, diante da reforma da Previdência, pela burocracia sindical e pelos partidos reformistas.

Essa análise crítica das teses tem por objetivo servir à luta da vanguarda consciente pela superação da crise de direção. Essa tarefa diz respeito ao desenvolvimento do partido marxista-leninista-trotskista no seio das massas. A juventude, em geral, e o movimento estudantil, em particular, ocupam um importante lugar na luta pela revolução proletária.

MANIFESTO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR) AO 57º CONGRESSO DA UNE

10 de julho de 2019

O que marca a situação política é a tendência de luta das massas. A greve geral de 28 de abril de 2017, e a de 14 de junho de 2019, se distinguem pelo fato de contar com a presença da classe operária, dos sindicatos e das centrais. As manifestações de 15 e 30 de maio tiveram por base as camadas mais exploradas da classe média (pequena burguesia) e da juventude oprimida. O movimento da classe operária e o da pequena burguesia confluíram para as greves gerais contra Temer e Bolsonaro. A confluência dessas classes distintas, mas oprimidas e atingidas pela crise econômica e pelas contrarreformas de Temer e Bolsonaro, indicam o agravamento da luta de classes. É a essas condições que o Congresso da UNE deve responder.

Vemos, no entanto, que as teses apresentadas desconhecem os deslocamentos de classes, que estiveram na base das duas greves gerais e das manifestações, em 15 e 30 de maio, de docentes, funcionários e estudantes. Nenhuma das teses expressa as tendências da luta de classes. Não vão, portanto, responder aos problemas fundamentais da crise econômica e social; da crise política e das ações da burguesia nacional e do imperialismo. É o que podemos concluir das inúmeras teses que, no fundo, se assemelham pelos lugares comuns dos ataques do governo, e pela orientação reformista e centrista de suas colocações e respostas.

Isso explica também por que não se faz um balanço correto, verdadeiro e severo da direção da UNE, comandada pelo PCdoB em aliança com o PT, bem como da própria oposição, cuja maior força é representada pelo PSOL e aliados. No momento, a direção da UNE se encontra em oposição ao governo de Bolsonaro. No entanto, até ontem, serviu ao governo do PT. Por obra do golpe de Estado, que derrubou o governo do PT, todas as correntes de esquerda foram para a oposição. De forma que este Congresso estará inteiramente voltado contra o governo. Era para as teses colocarem claramente que estratégia se pretende aprovar. Fala-se de tudo, menos do que se pretende diante do governo que, em seis meses de comando do Estado, se acha orgulhado na crise política.

A tese central, que é a da direção da UNE, pleiteia uma “frente ampla e democrática” de defesa do “pacto democrático”, parido pela Constituição de 1988, da “soberania e do patrimônio nacional”, e do “acesso aos direitos da população”. PCdoB, PT e aliados vão estar unidos em torno da tática de frente ampla, que pode incluir o PDT e PSB, também oposicionistas. É possível, inclusive, aceitar a participação de parte do PSDB, que não pretende seguir Bolsonaro, e que se encontra premiada pelo avanço da fração direitista, encabeçada pelo governador de São Paulo.

É preciso que se diga claramente que essa tese é típica do nacionalismo, do reformismo e do democratismo burguês. A experiência do PT é prova definitiva de que o nacional-reformismo não passa de uma variante da política burguesa, cuja essência é a da colaboração de classes. A “frente ampla e de-

mocrática”, de fato, é o caminho concebido pelas forças que estiveram no governo do PT, ou que o apoiaram nas eleições de outubro do ano passado, na disputa presidencial.

A ausência de um balanço concreto do governo petista, do apoio da UNE, do golpe de Estado, da oposição à ditadura civil de Temer, e da vitória eleitoral de Bolsonaro marcam as teses, em especial a tese oficial. Em síntese, a derrocada do PT e aliados (direção da UNE, etc.) se deveu à sua sujeição à ditadura de classe da burguesia, à democracia oligárquica e à grande propriedade dos meios de produção.

Os governos do PT – Lula e Dilma – não poderia garantir a “soberania nacional”, resolver o atraso do País semicolonial, realizar a reforma agrária, superar a miséria, solucionar o analfabetismo, reverter o domínio do ensino empresarial, e avançar os direitos trabalhistas, previdenciários e democráticos. Isso porque exerceram as funções políticas de um governo burguês. Esse é o conteúdo de classe de qualquer governo eleito e submetido aos poderes do Estado. Ao contrário, um governo revolucionário é produto da derrubada da classe burguesa do poder econômico e político. Somente um governo operário e

camponês cumprirá as tarefas democráticas acima descritas, e iniciará as transformações socialistas.

Essa distinção estratégica é obscurida com a tática da “frente ampla e democrática”, e com o palavreado de “projeto de país soberano e democrático”, “projeto nacional de desenvolvimento voltado para todo o povo”, etc.

Tudo muito bonito, mas destituído de conteúdo de classe. A burguesia brasileira já não se agarra ao nacionalismo. Ao contrário, está se livrando de seus feitos. Vem privatizando até a sua alma nacional, se é que a teve algum dia. No lugar de reformas, impõe as contrarreformas. O “petróleo é nosso”, campanha nacionalista que a UNE abraçou nos anos 1950, deu lugar ao “petróleo é deles”.

O abandono do nacionalismo não é uma atitude histórica deste ou daquele governo. É atitude da burguesia nacional, regida pelo grande capital. Está aí por que nenhum governo burguês, por mais de esquerda que seja, revitalizará o nacionalismo. Basta recorrer à experiência do governo petista. Tanto Lula quanto Dilma, apenas se pintaram com tintas leves de nacionalismo, de defensores da soberania e de desenvolvimento independente.

As teses do PCdoB, da direção da UNE, e de parte das esquerdas centristas, expressam o nacional-reformismo pequeno-burguês. São adversárias da estratégia própria de poder do proletariado, que se consubstancia no governo revolucionário, no governo operário e camponês. Somente a classe operária, em aliança com a classe camponesa oprimida pelos latifundiários, pode impor a independência e a soberania nacionais; pode responder às tarefas democráticas, que dizem respeito aos pobres do campo e da cidade; pode enfrentar o resistente analfabetismo, e garantir o acesso universal em todos os níveis da educação.

A burguesia brasileira já não se agarra ao nacionalismo. Ao contrário, está se livrando de seus feitos. Vem privatizando até a sua alma nacional, se é que a teve algum dia. No lugar de reformas, impõe as contrarreformas.

É imprescindível que o Congresso rejeite a tese do nacionalismo pequeno-burguês, e a correspondente tática de “frente ampla e democrática”, voltada a reconstituir o governo de conciliação de classes. Desse programa, decorrem as demais questões.

O movimento estudantil deu um passo na mobilização contra o corte de verbas às universidades. Colocou-se em choque com a Emenda Constitucional 95, aprovada por Temer e, agora, aplicada por Bolsonaro na educação. Ao mesmo tempo, reagiu à ofensiva ditatorial e fascistizante do ministério da Educação. São combates pontuais, que exigem da UNE a defesa de um programa à altura do quadro de decomposição do capitalismo, que arrasta o ensino para o precipício.

As teses ficam muito aquém da gravidade da situação. Também, neste caso, está ausente um balanço crítico do lugar do nacional-reformismo petista. O ProUni e Fies não foram instrumentos de acesso dos trabalhadores à universidade, como está apregoado nas Teses do PCdoB. Foram, de fato, um meio de impulsionar o sistema privado de educação, valendo-se de uma camada de classe média pobre que aspira a ascender socialmente. A maioria da juventude proletária interrompe os estudos na educação básica. Uma boa parcela sequer consegue concluir, sem considerar o contingente que não vai além do ensino fundamental. Essa condição é determinada pelo regime de exploração do trabalho.

Os subsídios aos empresários permitiram lucratividade, impulso à concentração monopolista, favorecimento à penetração do capital estrangeiro, e inadimplência de milhares de estudantes. O sistema público não acompanhou o avanço do privado. E tende a ser cada vez mais mutilado. A direção da UNE esteve e está comprometida com esse processo, demagogicamente considerado progressivo.

Há muito, os reformistas ocultam sua política de adaptação ao sistema privado, com a bandeira de “democratização do ensino superior”, valendo-se das aspirações da classe média. ProUni, Fies e cotas foram o máximo que alcançaram, e que, agora, desmoronam com o peso da dívida pública, da enorme carga de juros, e com a decisão da burguesia de proteger o capital financeiro com um brutal ajuste fiscal.

A ideia de proteger o ensino público com um sistema tributário justo (os ricos pagam mais impostos), e com recursos do Pré-sal não passa de retórica fácil. É a burguesia – por cima de tudo, o grande capital – que decide a tributação. Se não fosse assim, o governo do PT poderia ter realizado a “tributação justa”, antigo tópico de seu programa de reforma do capitalismo.

As teses reclamam da desnacionalização da educação, mas se mostram impotentes em suas respostas. As Teses do PCdoB querem “proibir a participação do capital estrangeiro na educação brasileira”. Mais uma das boas intenções. Toda a economia do País está penetrada pelo capital imperialista. O sistema privado de educação não é exceção. O impulso à concentração e à monopolização vem potenciando-se há algumas décadas. A abertura de capital é uma condição para continuar sua marcha

ascendente. Não é de estranhar que as rápidas mudanças, no último período, são ditadas pela necessidade do capital internacional. É o caso da expansão do ensino a distância, que os reformistas pretendem apenas limitar.

A política educacional de Temer fortaleceu o ensino privado. Sob Bolsonaro, os empresários nacionais e internacionais do ensino têm acento privilegiado. A desnacionalização do sistema educacional é parte do impulso geral ao entreguismo (Pré-sal, Petrobras, Eletrobras, Embraer, etc.). Integra o mesmo programa de independência nacional, ruptura e expropriação do capital imperialista. Está claro que não se trata simplesmente de impor travas legais (proibir legalmente) à desnacionalização, mas de expropriar o grande capital, sem indenização, e impor a estatização. Essa via revolucionária será percorrida pela classe operária e pela maioria oprimida, em sua luta contra a dominação burguesa.

O Congresso deve aprovar uma linha de combate à opressão nacional, e constituir uma frente única anti-imperialista. E se colocar pela estratégia própria de poder do proletariado, do governo operário e camponês. Deve rejeitar a estratégia de constituição de um novo governo de conciliação de classes, e a tática da “frente ampla e democrática”. Deve colocar-se pelo fim do sistema privado de educação, pela estatização sem indenização, e por um sistema único público, vinculado à produção social, e sob o controle de quem estuda e trabalha. Deve rejeitar a tese de coexistência

do sistema privado com o público, de sua regulamentação e de promoção de subsídios.

O Congresso deve tomar em suas mãos o problema do desemprego e subemprego, que atinge vastamente a juventude. Está colocada a defesa da combinação do trabalho com os estudos. Nenhum jovem fora da escola, nenhum jovem fora da produção social!

Está em curso a luta dos trabalhadores contra a reforma da Previdência. O Congresso da UNE deve se colocar pela

sua derrubada integral. Deve condenar e rechaçar a posição da burocracia sindical e dos partidos que submetem o movimento às decisões do Congresso Nacional. Deve se colocar pela convocação de uma nova greve geral, mais forte e melhor organizada, para derrubar e enterrar a reforma de Bolsonaro, Guedes, Maia, Alcolumbre e Samuel Moreira.

O Congresso deve aprovar uma linha de combate à opressão nacional, e constituir uma frente única anti-imperialista. E se colocar pela estratégia própria de poder do proletariado, do governo operário e camponês. Deve rejeitar a estratégia de constituição de um novo governo de conciliação de classes, e a tática da “frente ampla e democrática”.

POR UM CONGRESSO QUE UNA OS ESTUDANTES À CLASSE OPERÁRIA!

POR UM CONGRESSO QUE APROVE UM PROGRAMA DE DEFESA O ENSINO PÚBLICO!

POR UM CONGRESSO QUE COMBATA INTEGRALMENTE AS CONTRARREFORMAS!

POR UM CONGRESSO DE LUTA CONTRA O GOVERNO DITATORIAL DE BOLSONARO!

POR UM CONGRESSO QUE ORGANIZE A FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA!

POR UM CONGRESSO QUE DEFENDA A ESTRATÉGIA DE PODER DO PROLETARIADO!



MASSAS

ORGÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO – MEMBRO DO COMITÊ DE ENLAÇE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

Julho de 2019

Tese da Corrente Proletária Estudantil - POR

Caracterização do governo

Trata-se de um novo governo burguês, eleito após o término de um período de transição sob a ditadura civil de Temer. Bolsonaro expressa a ascensão dos militares em postos chaves da governabilidade. Pretende se impor acima das frações burguesas, dos partidos da ordem e, portanto, do Congresso Nacional. Essas são características de um governo bonapartista – uma ditadura policial. Em seu seio, desenvolve-se uma tendência obscurantista fascizante. A administração de Bolsonaro se apoia, principalmente, no capital financeiro e no agronegócio. Uma de suas particularidades marcantes está em que expressa a influência das igrejas evangélicas. Em sua essência, é um governo voltado a proteger os interesses do capital financeiro.

O seu conteúdo geral se sintetiza no caráter antinacional e antipopular. A política francamente pró-imperialista levou Bolsonaro a se alinhar às diretrizes de Trump. É importante assinalar o acordo antinacional de entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos. Em geral, caminha no sentido de impor um plano de ampla privatização, dando curso ao processo de desnacionalização. A sua política antipopular é ditada pela proteção ao capital financeiro, aos credores da dívida pública e aos monopólios. É, portanto, um governo de ataque frontal à classe operária e aos demais explorados.

Condições de governabilidade

A crise política que se aprofundou com o golpe de Estado, em 2016, não foi superada. Continua a refletir a recessão, iniciada em 2015. O baixíssimo crescimento econômico, sob o governo golpista de Temer e, agora, sob o de Bolsonaro, impossibilita a estabilização da governabilidade.

Um fator determinante da instabilidade política é o da dívida pública. A política econômica está condicionada pela garantia de pagamento da gigantesca carga de juros e amortizações. A PEC do Teto de Temer e a reforma da Previdência de Bolsonaro são ditadas pelos interesses do capital parasitário. O baixo crescimento econômico agrava o quadro de endividamento. E, ao mesmo tempo, a política econômica, que ataca a vida das massas, e fortalece a investida do imperialismo, obstaculiza a retomada do crescimento.

Os explorados enfrentam o desemprego, o subemprego e crescimento da miséria. As frações burguesas conflitam em torno a medidas que submetem mais ainda o País ao imperialismo. A podridão dos partidos burgueses não tem como ser sanada. O Congresso Nacional permanece fragmentado entre inúmeros partidos.

Dentre todos esses fatores, prevalece a polarização entre a ultraminoria burguesa e a imensa maioria oprimida. A luta de classes vem se potenciando, sem que a burguesia encontre uma via pacífica para conter seu avanço. O governo de Bolsonaro espelha as tendências autoritárias, ditatoriais, militaristas e fascizantes da classe burguesa e da camada alta da pequena-burguesia. As greves e manifestações espelham as tendências revolucionárias dos explorados.

Ruptura no período de conciliação de classes

Os governos que se seguiram após o fim da ditadura militar foram de crise. O do PSDB aplicou um brutal plano de estabilização. As massas foram duramente sacrificadas e reprimidas. Abriu-se espaço para o curso das privatizações e desnacionalizações. A falência da governabilidade do PSDB e aliados, finalmente, cedeu lugar ao governo do PT, que não alterou na essência a política de estabilização peessedebista. No entanto, distinguiu-se por inaugurar um período de conciliação de classes, sob a máscara de um “governo democrático e popular”.

Foi posta em prática a concepção reformista de “inclusão social”, “reparação histórica” e “justiça social”. No plano econômico, isso se faria com o desenvolvimento voltado ao mercado interno, a prevalência do “conteúdo nacional”, a “distribuição de renda” e a alteração no modelo de concentração econômica de desenvolvimento. No plano político, com a “democratização do Estado” e a “participação popular”.

A tese do “desenvolvimento sustentável com distribuição de renda” desabou com a crise mundial, aberta em 2008. O reformismo fracassou terminantemente. Algumas medidas favoráveis aos explorados, como a recuperação do poder de compra do salário mínimo, se mostraram ultralimitadas. O governo petista teve de se sujeitar às imposições do capital financeiro e monopolista. Não mais podendo garantir a política de conciliação de classes, e não tendo como aplicar um plano francamente antinacional e antipopular, foi derrubado pelo golpe de Estado.

O período de colaboração de classes resultou em retrocesso das lutas, que vinham em um crescendo, desde fins de 1970. A política do PT e aliados comprometeu o desenvolvimento da organização independente da classe operária.

Ofensiva burguesa contra a maioria oprimida

A ditadura civil de Temer e o governo de características bonapartistas de Bolsonaro recrudesceram os ataques a antigas conquistas da classe operária e demais explorados. PEC do Teto, cortes orçamentários, contrarreformas trabalhistas e previdenciárias atingem frontalmente o proletariado e a pequena-burguesia. A burguesia necessita tirar dos trabalhadores para proteger o capital parasitário.

As medidas violentas de Temer e Bolsonaro respondem à quebra econômica que vem se processando desde a eclosão da crise mundial, há onze anos. É bom lembrar que Dilma Rousseff teve de recorrer ao plano Levy e a medidas antipopulares. Desde o golpe militar em 1964, prevalecem a implantação das contrarreformas. O que evidencia a crise estrutural da economia e a decomposição do capitalismo.

Guerra comercial

O Brasil é de economia capitalista atrasada e semicolonial. No entanto, se encontra em meio à guerra comercial, promovida pelas potências imperialistas. O alinhamento de Bolsonaro com a política norte-americana de Trump trará duras consequências para as

forças produtivas nacionais, que se acham estancadas.

A política de submissão da burguesia ao imperialismo recai sobre o País, na forma de desnacionalização e saque das riquezas naturais. No final das contas, a maioria oprimida arca com essa política na forma de desemprego, subemprego, terceirização e rebaixamento salarial. Chega-se a essa situação pela incapacidade da burguesia brasileira de garantir a independência e soberania nacionais.

O reformismo, por sua vez, se revelou impotente para resolver a tarefa democrática da independência e soberania nacionais. Sua impotência decorre do fato do reformismo ser uma variante da política burguesa. O nacionalismo demonstrou-se esgotado com o fim do ciclo varguista e com o golpe militar de 1964.

Somente a classe operária, tomando o poder e expropriando o grande capital, imporá diante do imperialismo a independência e a soberania nacionais. Assim se realizarão as demais tarefas democráticas pendentes do Brasil semicolonial. Um governo operário e camponês se encarregará de iniciar as transformações socialistas e, nesse processo, erradicará os obstáculos típicos da nação oprimida para libertar as forças produtivas das travas capitalistas.

No momento, estão colocadas as bandeiras anti-imperialistas contra a privatização e a desnacionalização. A luta contra o capital financeiro e os monopólios exige a constituição de uma frente única anti-imperialista. É por essa via que a classe operária responderá à guerra comercial e à submissão de Bolsonaro ao governo Trump.

Defesa da vida dos explorados

A derrota do governo antinacional e antipopular se dará pela luta de classes. Ao contrário, a política nacional-reformista de conciliação de classes prolongará a vida desse governo. É fundamental derrubar a reforma da Previdência. A sua implantação resultará no fortalecimento das tendências ditatoriais da burguesia.

Tudo indica que as direções sindicais e a oposição parlamentar já deram por concluído o movimento contra a reforma da Previdência. O atraso em organizar o combate e a limitação da greve geral de 14 de junho servem de base a esse prognóstico.

Os explorados estão diante da iminência da derrota devido à política das centrais sindicais, que canalizam a luta de classes às negociações no Congresso Nacional. Está aí por que, depois que o projeto de reforma foi remendado pelos deputados, as centrais se negaram a convocar uma nova greve geral, que se chocaria, não só com o governo Bolsonaro, como também com o próprio Congresso Nacional.

Estamos diante de uma traição anunciada. A oposição, capitaneada pelo PT, se utilizou do descontentamento das massas para tão somente desgastar o governo, e assim preparar o caminho para as novas disputas eleitorais. Prevendo o aprofundamento da crise política, a oposição pró-capitalista pretende constituir uma “frente ampla e democrática”. Tem por estratégia reconstituir o governo de conciliação de classes.

A defesa das condições de vida das massas se choca com a política colaboracionista das direções burocratizadas e corrompidas. É dever da vanguarda consciente travar a luta pela organização independente dos explorados e da juventude diante da política de colaboração de classes e de toda forma de dominação burguesa.

Ataque à educação

O objetivo central de Bolsonaro é o de limitar o ensino público e aumentar o sistema privado. Nesse ponto, difere do governo do PT, que procurou expandir, ao mesmo tempo, o sistema público e privado. Nessa relação, o privado se fortaleceu. Ocorre que a tendência do capitalismo em decomposição é o de impulsionar as suas tendências privatizantes. Bolsonaro só faz alimentar a diretriz de que a educação é um negócio, como qualquer outro.

Os desequilíbrios fiscais e os interesses do capital parasitário empurram o governo a conter os gastos públicos. Não por acaso, os reformistas no poder não conseguiram implantar a meta de aplicação de 10% do PIB na educação, como prevê o PNE. Os cortes orçamentários do ministro da Educação sufocam as universidades e institutos federais.

É parte da orientação privatista a ofensiva de Bolsonaro em eliminar a já restrita autonomia administrativa das federais. A intervenção repressiva à liberdade de ensino, reunião e manifestação política não corresponde apenas ao obscurantismo ideológico, mas também à política privatizante e desnacionalizadora.

O autoritarismo educacional é permeável às pressões da religião. Mesmo que completamente deformado, as igrejas não admitem o ensino científico e o conhecimento que conflita com a orientação clerical. O projeto “Escola Sem Partido” é um rebento da religião e de setores fascizantes da burguesia e da classe média. O reformismo procura combinar o ensino público com o privado e confessional. É parte de sua política garantir a coexistência dos dois sistemas, de maneira a subsidiar o acesso de uma camada de classe média pobre e de algum contingente de jovens da classe operária pela via do ensino pago. Essa tem sido a função do ProUni, Fies e cotas.

A intenção de Bolsonaro é a de alterar a forma de subsídios e, se possível, eliminá-los. Evidentemente, os exploradores do mercado do ensino não concordam com as medidas que perturbam seus negócios.

É compreensível que os petistas e aliados defendam seu programa de acesso ao ensino superior de uma pequena parcela dos explorados pela via do ensino privado. As migalhas são apresentadas como um grande feito, diante da imensidão de jovens que interrompe o ensino prematuramente. Dizem que, com tais medidas, se tem democratizado o acesso.

O ponto de partida do programa proletário para a educação

Nenhum governo burguês pode pôr em marcha um programa que de fato responda às necessidades materiais da população oprimida e da sua elevação cultural.

O ponto de partida está em garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos para todos os jovens. Ocorre precisamente o contrário. Mesmo a alfabetização, que é considerado um objetivo universal, não tem sido realizada plenamente. Milhões continuam analfabetos e semianalfabetos. É patente que o ensino fundamental forma os semianalfabetos. A enorme evasão escolar começa já nesse estágio de escolaridade. Não por acaso, a média de escolarização da população não ultrapassa o sexto ano.

Agrava-se, ainda mais, no ensino médio. Nesse momento, os jovens da classe operária e demais classes oprimidas têm de combinar o estudo e trabalho. É quando se depara com a contradição entre a necessidade de vender sua força de trabalho aos capitalistas e concluir a etapa da educação básica. É quando também se veem diante do divórcio entre a teoria e a prática. A escola se mostra completamente separada e alheia à produção social.

Diante da corrida no mercado de trabalho por uma vaga, o jovem descobre que a escola não lhe serviu para se inserir no mercado como força de trabalho. Uma vez empregado, verifica, na prática, a inexistência da relação entre a escola e a produção social. O maior problema, no entanto, se manifesta quando se vê desempregado e subempregado. Conclui, empiricamente, que a escola não está fora das leis de funcionamento do capitalismo. O seu ingresso como força de trabalho depende das condições em que se encontram a economia, em geral, e o mercado de trabalho, em particular.

Nenhum governo burguês, por mais reformista que seja, tem como resolver essa contradição, em cuja base estão as relações

capitalistas de exploração do trabalho. Inúmeras reformas educacionais foram feitas em distintos períodos e governos. Logo fracassam no objetivo de ampliar o ingresso, garantir a permanência e efetivar a aprendizagem.

É compreensível, portanto, o fato de a imensa maioria de jovens mal concluir o ensino médio e não ter como ingressar no ensino superior. A velha bandeira reformista de democratizar o acesso à universidade cai por terra diante desse fenômeno econômico-social. Medidas como ProUni, Fies e cotas não passam de um esparadrapo para uma grande enfermidade. Sem que se parta da contradição fundamental, não se pode entender, conseqüentemente, por que as reformas da educação acabam deformando-a e degenerando-a ainda mais. O exemplo, mais recente, é o do ensino médio integral, que resulta na expulsão do jovem trabalhador. A implantação do ensino a distância é o reflexo da profunda degenerescência das reformas educacionais e da escola burguesa.

Nos marcos do capitalismo, não é possível resolver a tarefa democrática de acesso universal dos jovens em todos os níveis, a permanência e a conclusão dos estudos. No entanto, é nesse mesmo marco que se começa a luta por essa conquista. Está aí a importância de se desenvolver o programa proletário para a educação, que vincula o ensino ao trabalho, que parte do pressuposto da íntima relação entre trabalho e ensino a todos, e entre a teoria e a prática. A bandeira "*Nenhum jovem fora da produção social, nenhum jovem fora da escola*" sintetiza a luta contra o desemprego, o subemprego, a discriminação no acesso à escola e o fim da evasão escolar.

Defesa do ensino público, vinculado à produção social

A tendência do capitalismo em decomposição é a de reduzir a importância do sistema público de educação e agigantar o peso do privado. De um lado, a burguesia não pretende fortalecer o sistema estatal, que implica aumentar os recursos para a educação pública. De outro, cresce a pressão internacional do capital excedente para a concentração e a monopolização do sistema privado. Esse último aspecto comparece no Brasil na forma da desnacionalização.

A alta concentração e a monopolização do ensino privado brasileiro se dão sob a intervenção do capital financeiro. Em detrimento do ensino público, cresce a pressão dos capitalistas da educação sobre a política educacional.

Os reformistas acreditaram na possibilidade de equilibrar os dois sistemas, privado e público. O resultado foi que os subsídios aos empresários da educação serviram à tendência da monopolização. Não se pode defender o ensino público, sem combater o ensino privado. A tese da regulamentação do ensino privado para limitar o poder empresarial sobre a educação, e para reduzir a sua voracidade mercantil é própria do reformismo impotente e incapaz de defender a escola pública, diante das tendências privatizantes.

É necessário rechaçar a posição burguesa antidemocrática de garantia da coexistência do público com o privado. O real acesso universal virá com o sistema estatal único, vinculado à produção social. Esse programa democrático implica a expropriação, sem indenização, do sistema privado e a sua estatização. O sistema único, estatal, é um importante passo para colocar a escola sob o controle da classe operária, por meio do controle de quem estuda e trabalha. É também um importante passo para dar início à superação da contradição da escola separada da produção social. Essa transformação é parte da tarefa de garantir a todos a escola pública voltada ao desenvolvimento das forças produtivas e da elevação cultural das massas.

A estatização do ensino privado, hoje, corresponde à luta anti-imperialista contra a desnacionalização e em defesa da independência da nação oprimida. Somente será possível barrar o avanço da monopolização e da entrega da educação aos agentes do capi-

tal estrangeiro por meio da expropriação revolucionária.

Escola científica

É preciso combater o controle de parte da educação pelas igrejas. Essa forma particular é tão mercantil quanto a dos empresários. A diferença está em que as igrejas utilizam esse controle para influenciar de conjunto o processo educacional.

A religião é adversária da ciência e, portanto, da escola científica, que expressa a concepção materialista do mundo. A burguesia separou, formalmente, a religião do Estado e estabeleceu o caráter laico da educação. No entanto, essa separação se tornou cada vez mais formal, desde as revoluções burguesas no século XVIII.

As igrejas vêm pressionando os governos para que se reintroduza o ensino da religião. O governo Bolsonaro tem como programa concretizar essa exigência. Na base de sua eleição, esteve presente o movimento obscurantista da "Escola sem partido". A orientação do Ministério da Educação é o de implantar a concepção religiosa do mundo, e erradicar os conhecimentos que têm por base o materialismo, ainda que compareçam completamente distorcidos.

É sintomático que, ao lado dessa ofensiva ideológica, se desenvolve a posição de militarização das escolas. Não há como o governo obscurantista impor tamanho retrocesso, sem que seja pela via autoritária. As formas de opressão ideológica têm por base a opressão de classe. A educação não se realiza por cima ou fora das classes sociais e de seus enfrentamentos. Não pode haver dúvida de que a escola confessional é uma poderosa aliada dos empresários da educação, que, juntos, são poderosos adversários da escola pública e científica. Beneficiaram-se do programa reformista de subsídio estatal ao ensino privado.

A estatização e a constituição de um sistema único, público, laico, é parte da luta pela emancipação da educação diante da religião.

Como enfrentar as opressões

Deve ficar claro que as discriminações, os preconceitos e as suas violentas conseqüências se originam da opressão de classe. Por mais dificuldade que se tenha em identificar e compreender que a opressão sobre a mulher, negro, índio e homossexual nasce das relações de exploração do trabalho e da dominação de um punhado de potências imperialistas sobre as nações oprimidas. É nessa fonte que encontramos a solução. Ao contrário, quanto mais afastados das causas fundamentais estejam as explicações e respostas à violência sobre a mulher, o negro, o índio e o homossexual, mais distante se coloca o movimento de alcançar o objetivo de eliminação das discriminações e preconceitos.

A tese de que tais opressões transcendem as classes, e têm causas e soluções próprias, obscurece e desvia a luta pela emancipação da mulher, erradicação do racismo e superação da homofobia. É inevitável que esse desvio acabe por separar e compartimentar os movimentos e organizações. Uma espécie de corporativismo pseudo teórico e prático tem caracterizado a luta contra as opressões, na forma de movimentos separados das mulheres, negros, índios e homossexuais.

A vertente hegemônica consiste em negar a opressão de classe sofrida pela mulher, substituindo-a por opressão de "gênero" e "machismo". O racismo, por sua vez, é tido como conseqüência particular de uma cultura e ideologia raciais da dominação branca. O mesmo se aplica à questão indígena. A homofobia, por sua vez, é tomada como uma particularidade da ideologia e na cultura. A crítica cultural e ideológica em si mesmas não se sustentam. Tornam-se reacionárias, quando negam o fundamento de classe das opressões. Servem ao reformismo pequeno-burguês e burguês, que apregoa as soluções nos marcos do capitalismo, e, portanto, do Estado burguês.

São conhecidíssimos os números de assassinatos de mulheres,

negros, índios e homossexuais. É visível a manipulação que se faz dessa tragédia com a pseudo teoria de gênero, machismo, africanismo, etc. Inúmeras são as deformações ideológicas e culturais que emanam da sociedade dividida em classes, entre elas, as da superioridade do homem sobre a mulher, da raça branca sobre a negra, e do que é natural e antinatural nas manifestações da sexualidade.

Também é conhecidíssima a informação de que é no trabalho onde se verifica a discriminação. A mulher arca com a dupla jornada, com salários menores que os dos homens, e os negros e homossexuais são discriminados na contratação e nos salários. É na família, como célula econômica do capitalismo, que se manifesta a opressão sobre a mulher e o homossexual. A religião fortalece ideologicamente os laços da subordinação da mulher ao homem e os elos da discriminação. Está claro que a religião se levanta como um poderoso obstáculo ao direito ao aborto, bem como os direitos civis dos homossexuais.

É fundamental revelar a fonte de classe de toda forma de opressão e identificar as formas particulares de violência, como parte da violência geral que é própria de qualquer dominação do homem pelo homem. É por essa via que a resposta às condições de discriminação e preconceito se vincula ao programa de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, e à superação da sociedade de classes.

A luta pelo socialismo

O nacionalismo e o reformismo estão esgotados historicamente como possibilidade de desenvolvimento das forças produtivas, de solução dos problemas democráticos pendentes do capitalismo atrasado, e de independência da nação oprimida diante do imperialismo. Insistir nessa via resulta na preservação do capitalismo decadente, e da decorrente barbárie social.

O programa de reivindicações da classe operária, dos camponeses pobres e dos demais oprimidos somente pode ser imposto à burguesia por meio da luta de classes, da organização independente dos explorados e da estratégia da revolução proletária.

Está colocada pela situação a organização do movimento anti-imperialista, anticapitalista e socialista. A estratégia própria de poder do proletariado se materializa na forma do governo operário e camponês. A frente única anti-imperialista é a tática que permite unir a maioria oprimida, sob a política e o programa da classe operária.

A necessidade de enterrar a reforma da Previdência, inviabilizar a aplicação da reforma trabalhista, acabar com a terceirização, defender os empregos e os salários, a educação e a saúde públicas, combater as discriminações e a violência que recaem sobre as mulheres, negros, índios e homossexuais, conter e retroceder a privatização e a desnacionalização, libertar o País do parasitismo da dívida pública, pôr abaixo o governo antinacional e antipopular e conquistar a independência nacional, forma um conjunto programático indissociável. Essa necessidade demonstra que objetivamente estão dadas as condições para uma transição do capitalismo para o socialismo, que se realizará pela via da revolução proletária.

O problema está em que os explorados estão diante de uma crise de direção revolucionária. O reformismo prevalece em suas organizações e canaliza a revolta da maioria para o parlamento e as eleições. Certamente, as condições objetivas se chocam com o reformismo impotente e abrem caminho para a luta socialista. A tarefa da vanguarda é a de lutar para constituir as organizações independentes, avançar os métodos da ação direta, fortalecer a democracia operária e, no combate, ir superando a crise de direção.

A essência de um balanço da UNE

A vida política e organizativa da UNE está determinada pela direção formada pelo PCdoB e PT. Essa coligação partidária sub-

meteu a organização nacional dos estudantes ao governo do PT. Em outras palavras, consolidou em seu interior a política reformista.

O predomínio da linha de conciliação de classes e de submissão à democracia burguesa manteve a UNE em posição de inércia, diante da crise que se aprofundava. Foi incapaz de desenvolver o programa de defesa do ensino público, e de combate ao sistema privado. Mostrou-se apegada, diante do avanço da monopolização e da desnacionalização da educação. Não travou a luta consequente contra as reformas educacionais da burguesia. Entre outras coisas, a direção reformista virou as costas para a ofensiva das igrejas sobre o ensino. Trata-se de uma direção adaptada e corrompida no legalismo burguês e no jogo parlamentar.

Na situação em que explodem os movimentos de base, como nas ocupações de escolas e universidades, a direção compareceu para amortecer o movimento. A UNE não se apoia na rede de CAs e DCEs, que, por sua vez, não passam de aparatos para os reformistas e centristas. Os Congressos são burocratizados e manipulados pela posição majoritária.

Essa direção vem colaborando para que a luta contra a reforma da Previdência se esgote nas negociações do Congresso Nacional, onde os parlamentares da oposição fazem discursos demagógicos e radicais contra o sacrifício dos pobres. A política democratizante, eleitoreira e de ajuste ao capitalismo faz com que a UNE deixe de ser um canal de expressão da luta de classes, e de convergência do movimento estudantil com o movimento da classe operária.

É parte da crise de direção a ausência de uma fração revolucionária no seio do movimento estudantil, que esteja à altura de derrotar a política do reformismo. Trata-se de combater a direção burocrática, legalista e reformista com o programa do proletariado para a educação. A luta firme por esse programa é a condição para constituir a fração revolucionária.

Plataforma de luta e campanhas

Dessas teses decorrem:

- 1) combater o governo ditatorial, militarista e fascizante de Bolsonaro, com as reivindicações dos explorados e método da luta de classes;
- 2) enfrentar a política antinacional e antipopular por meio da luta anti-imperialista, constituindo uma frente única anti-imperialista;
- 3) derrubar a reforma da Previdência, exigindo das centrais uma nova greve geral, mais forte e melhor organizada;
- 4) responder aos ataques da burguesia e de Bolsonaro à educação, com o programa de expropriação do ensino privado, estatização sem indenização, e constituição de um sistema único, público, vinculado à produção social;
- 5) defender a livre expressão, o direito de manifestação e organização política no interior das escolas e universidades. Em defesa da autonomia universitária, por um governo tripartite, apoiado na soberania da assembleia universitária;
- 6) lutar contra a ofensiva das igrejas sobre a educação e a militarização das escolas;
- 7) defesa do ensino científico em contraposição ao obscurantismo religioso;
- 8) responder às opressões com a política do proletariado. Unificar os movimentos sob um só programa de combate ao capitalismo;
- 9) unir o movimento estudantil ao movimento da classe operária e demais explorados;
- 10) desenvolver a estratégia própria de poder da classe operária – governo operário e camponês –, que corresponde à revolução social;
- 11) em defesa do socialismo, como a via para a solução das tarefas democráticas do país semicolonial e para a superação da pobreza e miséria das massas.



Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique

No Jornal Massas 589 (lembramos que o número 590 foi dedicado aos 30 anos do POR), expusemos o momento crucial da luta de Lênin contra o pacifismo burguês, oposto ao pacifismo socialista. Em janeiro de 1917, havia o prenúncio da mudança da situação política na Rússia, tendo por base a continuidade da guerra e suas consequências. Era preciso combater as manobras dos países beligerantes em torno à bandeira da paz, o que também se passava na Rússia czarista. O oportunismo se utilizava da bandeira da paz para ocultar a colaboração com os governos de seus países. A experiência era suficiente para demonstrar que a política chauvinista havia degenerado completamente a II Internacional, e minado a esquerda de Zimmerwald.

Os Congressos da CGT francesa, que concluíram sob a bandeira do pacifismo burguês, e do Partido Socialista francês, realizados em fins de 1916, mostraram a Lênin a urgência de se lançar à construção da III Internacional. O Manifesto de fins de dezembro de 1916, publicado pela Comissão Socialista Internacional, órgão dirigente de Zimmerwald, critica a *“farsa da paz”* acenada pela Alemanha, Estados Unidos e outros países que se declararam neutros. No entanto, Lênin mostra que, na realidade, o Manifesto expressava *“duas linhas políticas fundamentalmente diferentes que, por assim dizer, conviveram até agora no grupo zimmerwaldista, mas que já se separaram definitivamente”*. Uma de suas frações se utilizava da ambiguidade entre condenar ou apoiar a linha da paz aventada pelos países acima citados.

Eis a conclusão de Lênin: *“Essa é agora a linha divisória entre a direita de Zimmerwald, que sempre se opôs energeticamente a um rompimento com o socialchauvinismo, e a esquerda que, na Conferência de Zimmerwald, teve o cuidado de se separar publicamente da direita e apresentar, na Conferência, e mais tarde, na imprensa, sua própria plataforma”*. E explica: *“Não é casual que a proximidade da paz, quanto mais intensa a discussão do problema da paz por alguns elementos burgueses, levasse a uma divergência expressa entre ambas linhas políticas. Para os pacifistas burgueses e seus imitadores, ou remendadores “socialistas” a paz sempre foi um conceito fundamentalmente distinto, pois, nem um, nem outro, nunca compreenderam que a guerra é a continuidade da política de paz, e a paz a continuidade da política de guerra”*. Assim, no artigo *“Pacifismo burguês e pacifismo socialista”*, Lênin demonstra que Zimmerwald se encontrava em uma encruzilhada, cuja convivência da sua ala esquerda com a direita havia se tornado insustentável.

Em uma carta de dezembro de 1916 a Boris Souvarine, socialista francês, que havia escrito uma carta aberta, intitulada *“A nossos amigos na Suíça”*, Lênin critica sua posição que

considerava *“antipatrióticos”* aqueles que afirmavam que a *“defesa da pátria”* é incompatível com o socialismo. Depois de criticar argumento por argumento, chega ao ponto central que separa o internacionalismo revolucionário e o internacionalismo oportunista. Lênin vinha sendo acusado de divisionista, por diferenciar os dois campos em choque. Estava claro que a direção dos bolcheviques trabalhava abertamente pela fundação da III Internacional. Assim, Lênin responde ao ataque de Souvarine: *“Isso me leva ao problema de uma divisão, também colocada por Souvarine. Uma divisão! Esse é o espantinho com que os dirigentes socialistas procuram assustar os outros e a eles mesmos. Que utilidade poderia ter agora a criação de uma nova Internacional? – pergunta Souvarine. Sua atividade seria estéril, pois, seria débil numericamente”*.

Ao argumento de Souvarine sobre a debilidade numérica, Lênin pergunta: *“Desde quando os revolucionários subordinam sua política de se estão em maioria ou minoria? Em novembro de 1914, quando nosso partido disse que era necessário se separar dos oportunistas, declarando que a divisão era a única resposta correta e adequada à traição cometida por eles, em agosto de 1914, pareceu a muitos que isso era sectarismo insensato, proveniente de pessoas que tinham perdido completamente o contato com a vida real”*. Em seguida, Lênin descreve a enorme divisão ocorrida na Inglaterra, Alemanha e França, provocada pelos socialchauvinistas.

De fato, já existiam duas internacionais. *“Uma é a Internacional de Sembat-Südekum-Hyndmann-Plekanov e companhia; a outra é a Internacional de K.Liebknecht, de MacLean (...), de Höglund (...). Por um lado, está a Internacional daqueles que ajudam seus governos a travar a guerra imperialista; e por outro, a Internacional daqueles que travam uma luta revolucionária contra a guerra imperialista. (...) A II Internacional caducou. A III Internacional já nasceu. Se ainda não foi batizada pelos altos prelados e papa da II Internacional, mas sim excomungada, isso não a impede de adquirir dia a dia novas forças. A III Internacional permitirá ao proletariado se libertar dos oportunistas e dirigirá as massas ao triunfo da revolução social que amadurece e se aproxima”*.

Em maio de 1917, Lênin retoma a discussão sobre a criação da III Internacional. Conclui: *“A Internacional de Zimmerwald adotou, desde o primeiro momento, uma atitude vacilante, kautskista, centrista, o que obrigou imediatamente a esquerda de Zimmerwald a se retirar, a se separar dos demais e a lançar seu próprio manifesto (...) Devemos romper imediatamente com essa Internacional (...) Nosso partido não deve esperar, mas fundar imediatamente uma Terceira Internacional”* (*“As tarefas do proletariado em nossa revolução”*)

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXIV, Akal Editor)